

SESSÕES DO PLENÁRIO

100ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de novembro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Sidelvan Nóbrega comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 18/10/2017.

Do Deputado Marcell Moraes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 10/10/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Srs. Deputados, há um requerimento sobre a mesa: (Lê) *“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei de nº 22.467/2017, de autoria do Poder Executivo”.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)
Aprovado.

Submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões: 13ª e 14ª extraordinárias, realizadas, respectivamente, em 17 e 24/10/2017; 64ª e 65ª especiais, ambas realizadas em 26/10/2017; 66ª especial, realizada em 27/10/2017; 93ª, 94ª, 95ª, 96ª e 97ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 23, 24, 25, 30 e 31/10/2017.

Em votação as atas que acabam de ser anunciadas. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Srªs Deputadas, venho mais uma vez a esta tribuna para falar de um assunto que, infelizmente, tem se tornado recorrente em nosso Estado, que é a questão dos assaltos e explosões em bancos do interior da Bahia.

Na última sexta-feira, a cidade de Pindobaçu foi acordada, digamos assim, infelizmente, por um bando de assaltantes armados. Eles chegaram fortemente armados, atiraram para cima e explodiram a agência do Banco do Brasil da cidade. Demonstrando, mais uma vez, o caos que é a segurança pública no Estado da Bahia.

A população, além do pânico que sofreu nesse dia, nessa madrugada, vai sofrer, agora, com a falta dos serviços bancários na nossa Pindobaçu, tendo de ir a outros municípios do interior, como Filadélfia, Saúde, Campo Formoso ou Senhor do Bonfim. Isso, além de provocar desconforto e perigo para as pessoas que têm de se deslocar para esses municípios, também enfraquece as suas economias, pois as pessoas vão a outras cidades fazer seus serviços bancários e terminam utilizando a economia local, acabam utilizando os serviços e o comércio do outro município, enfraquecendo o município que teve o seu banco explodido ou assaltado.

Há muito tempo eu venho cobrando aqui das autoridades estaduais que olhem com carinho e atenção para essa questão, que tem, como eu disse, dificultado muito a economia dos municípios, além de toda a violência que tem gerado.

Eu sei que esta Casa, na última semana, debateu essa questão dos assaltos a banco. Tem que ter, sim, um investimento maior das agências bancárias em segurança, que investem mais em segurança virtual. Têm de investir mais em segurança de estrutura física, colocando câmeras, na frente, na fachada das agências, para filmar. E eu já tenho um projeto de lei aqui na Casa, que peço para ser analisado na CCJ, que visa dar segurança e inibir esses assaltos a banco.

Tem que haver, também, um esforço do Congresso Nacional para transformar esse tipo de crime em hediondo, para tentar coibir e diminuir esse tipo de ação. Essa ação, como disse, vem prejudicando demais o nosso Estado.

Então fica aqui, mais uma vez, a minha cobrança ao governo estadual para que tenha uma atenção especial com a segurança pública, sobretudo no interior, uma atenção especial a essa questão dos assaltos a banco e explosões de caixas eletrônicos, que vêm causando sérias dificuldades à economia dos municípios. Como eu disse, não é só o pânico, não é só a violência, é também o enfraquecimento das economias dos municípios, que, já estando tão fracas, sofrendo tanto com a crise financeira, sofrem ainda mais com esse tipo de ação.

Então fica aqui, mais uma vez, a minha cobrança ao governo estadual e à Secretaria da Segurança Pública para que tenham atenção com essa modalidade de delito.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, deputado Alex Lima, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, presentes às Galerias, imprensa, nossos colaboradores aqui da Mesa Diretora, gostaria de registrar a viagem, programada para quinta-feira, do governador Rui Costa à nossa cidade vizinha à Vitória da Conquista, Barra do Choça. O governador vai estar naquela cidade acompanhado de secretários, técnicos e assessores para fazer anúncios de obras, de serviços e, naturalmente, também para comemorar os avanços que obtivemos e construímos nesses anos.

O Município de Barra do Choça, como todos os outros do interior do Estado, tem recebido muitas obras do nosso governo. Tivemos lá o apoio à agricultura familiar e também à agricultura intensiva do café; à infraestrutura hídrica, com cisternas de produção, cisternas para captação de água da chuva. E também o governador vai anunciar o projeto Bahia Produtiva, no sentido de apoiar ainda mais aquele município. Eu e o deputado federal Waldenor Pereira temos uma boa relação com aquele município e o temos apoiado com os nossos mandatos. Quero, portanto, dizer da alegria de estarmos lá na próxima quinta-feira.

Queria, Sr. Presidente, fazer o segundo registro, que é sobre o aniversário de Vitória da Conquista, 177 anos na próxima quinta-feira, 9 de novembro, data de sua fundação, quando se emancipou do importante – na época e ainda hoje – e brilhante Município de Caetité, em 1840. De lá para cá, crescentemente, em décadas e décadas, a gente pode registrar o progresso daquela cidade.

Vale assinalar aí os anos 40, quando a Rio-Bahia ligou Minas Gerais, o Sul com o Nordeste brasileiro, “linkando”, como se diz hoje, Vitória da Conquista com toda a civilização do Sul e a civilização nordestina. Em seguida, nos anos 50,

consolidou-se a relação entre o Leste, Ilhéus-Itabuna, e o Oeste da Bahia. E ali Vitória da Conquista se constituiu como um grande polo, um entreposto rodoviário do comércio, além da agricultura, que tradicionalmente foi a base da economia daquele município. E agora, já nos anos 80 e 90, com as universidades, com os serviços.

E queria dizer, Sr. Presidente, que, modéstia à parte, nós contribuímos muito para o status de Vitória da Conquista, hoje, como a melhor cidade da Bahia, como a melhor cidade do Norte e Nordeste, ficando entre as 60 melhores do Brasil para viver, morar e trabalhar, com os melhores indicadores em saneamento básico, com os melhores indicadores sociais e de distribuição de renda.

Hoje, nós temos três cursos de Medicina; quatro universidades importantíssimas, sendo duas públicas, a UESB e a Federal, e mais outros cursos e outras instituições federais. Hoje, é um grande polo em serviços, em educação, é uma cidade que, realmente, chama a atenção, porque tem um povo educado, um povo progressista, um povo democrático e um povo que não vai aceitar, em absoluto, o retrocesso que, infelizmente, o atual gestor municipal está implementando lá.

A cidade encontra-se abandonada, uma série de desmandos no transporte coletivo, uma tremenda confusão gerencial. Eu tenho certeza de que as forças democráticas já começam a reagir. Vamos dar o troco já nas próximas eleições, rechaçando um modelo centralizador, autoritário. Ao contrário dos 20 anos do Partido dos Trabalhadores, com os partidos aliados, quando foi construída naquela cidade uma referência nacional e internacional. Porque Conquista participou de vários projetos de colaboração no Brasil, e o modelo da saúde, da atenção básica foi o de Vitória da Conquista, como também as políticas sociais.

Por isso, gostaria de parabenizar todos os companheiros do Partido dos Trabalhadores, os nossos vereadores, o deputado federal Waldenor Pereira, os companheiros do PCdoB, do PP, do PSD, do PR, do PSL, que trabalharam conjuntamente e fizeram a frente nas últimas eleições. E vamos estar juntos, trabalhando pelo progresso e pelo desenvolvimento de Vitória da Conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ:- Boa tarde, Sr. Presidente, deputados e deputadas, eu queria fazer um destaque especial ao momento de alegria que estamos vivendo por conta de alguns investimentos que o governador Rui Costa autorizou em uma área que eu entendo ser extremamente relevante para a sociedade. Sobretudo atualmente, quando vivemos momentos de tristeza, da falta de amor, de sentimento, de respeito que a sociedade nutre por conta da violência. Então nós temos que comemorar cada centavo colocado no esporte e na cultura, porque é um trabalho de prevenção a tudo que não presta. E serve também para melhorar a vida de muita gente.

O governador autorizou alguns convênios na área de esporte. Aliás, era algo que vínhamos solicitando que acontecesse o quanto antes, e ele fez. Não anunciou, mas vai anunciar; já autorizou convênios com municípios da Bahia. E eu faço questão de registrar minha alegria, porque eu fiz uma indicação, deputado Zó, algum tempo atrás, sobre a necessidade de desenvolvermos aqui na Bahia um projeto de gramado sintético, para que a gente pudesse prover os municípios, sobretudo os do nosso sertão, os do nosso semiárido, com esse tipo de piso, em vez da grama natural, porque não temos ali água para fazer a manutenção desses gramados. Além do mais, estavam muito caros, os prefeitos não estavam aguentando pagar.

E dois desses municípios do sertão da Bahia já poderão ter, autorizado pelo governador, o experimento da grama sintética. Mairi é um desses municípios, o outro é Serrolândia. Então, para nós é muito importante ressaltar e enaltecer esse tipo de investimento.

Fora isso, existem em outros municípios uma quantidade razoável de investimento. Entendo até que não é o suficiente, ainda não é o que nós queríamos que acontecesse, mas vamos ter um investimento acima de R\$20 milhões em infraestrutura na área de esporte.

Então, fica aqui o meu agradecimento ao governador por ele ter a sensibilidade para entender – volto a repetir – a necessidade de fazer investimento nessa área. Até porque é absolutamente necessário que a gente entenda que investir na juventude é investir exatamente para que não aconteça amanhã o que acontece hoje, quando estamos pagando o preço. Ou seja, a violência gratuita do crime organizado, sobretudo, com a sedução da juventude, daquele jovem que não tem uma perspectiva de futuro garantida.

E o esporte e a cultura fazem exatamente isso. Boa parte da população baiana nasce com muito talento nessas duas áreas. Ao oferecermos oportunidade gratuita a essa juventude, poderemos, sim, um dia chegar a fazer a transformação que nos interessa em nível de sociedade. Uma sociedade mais justa, mais humana, mais próxima, mais igual. Esse é o sentimento que temos de ter com a nossa juventude. O investimento na juventude passa, obviamente, por investimento na área de esporte e na área de cultura.

Portanto, fica aqui a minha alegria, o meu agradecimento, o meu reconhecimento ao governador Rui Costa por autorizar esses mais de R\$20 milhões, que serão divididos em várias cidades da Bahia que ainda não têm muita infraestrutura na área de esporte. Esperamos que numa segunda leva a gente possa ter mais investimentos e que assim a juventude baiana tenha um horizonte melhor, uma perspectiva de futuro melhor através dessas grandes e importantes portas que a gente tem de abrir: o esporte e a cultura.

Estão autorizados esses investimentos. Só esperamos que os municípios se organizem com a sua documentação, estejam em dia, com adimplência, para que possam buscar secretarias, conveniar e fazer os investimentos necessários. Que desse

modo a gente possa ter, obviamente, um esporte no interior da Bahia mais forte, com praças esportivas de mais qualidade.

Então fica aqui o meu reconhecimento, o meu apreço, o meu carinho, a minha gratidão a esse grande governador, que é o melhor governador do Brasil, Rui Costa.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados presentes, telespectadores que estão em casa nos acompanhando nesta jornada de hoje, quero saudar os concursados da Polícia Militar que estão aqui buscando seus espaços. Vamos torcer para que o Estado tenha condições de manter a sua saúde financeira e fiscal, até porque há em curso um processo político neste País no qual está claro e evidente, para todos nós e para o povo da Bahia, que aqueles que fazem oposição ao nosso governo estão se tornando verdadeiros capatazes da democracia e do bem-estar do povo baiano.

A gente aguarda aqui uma resposta ao veto a um recurso, aprovado, da ordem de R\$600 milhões. Até este momento só vemos cara de paisagem, não temos nenhuma resposta, nenhum posicionamento, nenhuma defesa sequer. Aliás, hoje, no Grande Expediente, terei a oportunidade de fazer um pronunciamento mais específico, meu caro deputado Gika, detalhando a que ponto chegou a maldade dessa gente. Usurpam o poder, golpeiam a democracia e ainda estão chibatando o lombo do povo, como se animais fossem, com maldade em cima de maldade, com perversidade em cima de perversidade.

Mas, pelo menos, alguma notícia boa existe para se dar, sobretudo à comunidade, ao povo da Chapada Diamantina, que, deputado Gika, há um ano e meio atravessa todas as dificuldades pertinentes a essa legião de maldades que vêm sendo apontadas contra a Bahia. Foi anunciado que o tão sonhado Hospital Geral da Chapada Diamantina, da nossa querida Seabra, será inaugurado pelo governador Rui Costa no próximo dia 1º de dezembro. Essa é uma das notícias mais esperadas por aquele povo. Seabra é uma cidade pujante, que se apresenta, meu caro deputado Leur Lomanto, que ali também é muito bem votado, como uma cidade polo da região da Chapada Diamantina. Mas hoje está passando por uma situação em que as pessoas que possuem qualquer problema de saúde, que necessitam de cirurgia, ou até mesmo de um parto, precisam ir até a cidade de Irecê para ter algum tipo de atendimento.

Portanto, é com muita felicidade que o povo da Chapada, que o povo de Seabra vai receber o governador Rui Costa no próximo dia 1º de dezembro. Tenho certeza de que a Bahia e aqueles que habitam aquela região ficarão gratos por essa ação durante muito tempo.

Não é fácil inaugurar um hospital, num período de crise como esse, e assegurar o seu custeio. Uma coisa é um hospital que custou 40, 50 milhões reais... E olha que visitei esse hospital, deputado Bobô, é um hospital de primeiro mundo, é um hospital que deixa de boca aberta muitos dos hospitais particulares, deixa para trás muitos hospitais particulares do Estado da Bahia, sobretudo pela sua excelência na arquitetura e na distribuição do espaço arquitetônico.

Portanto, anunciamos isso com muita felicidade. No Grande Expediente vamos tratar, deputado Gika, com mais especificidade, sobre o assunto da perversidade perpetrada pelo DEM, PMDB e PSDB contra o povo da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre Correntina, deputado Adolfo, já tenho mais ou menos formada a minha opinião: está muito parecido com o que aconteceu alguns anos atrás, quando destruíram aqueles laranjais, em São Paulo, tentando responsabilizar o MST. Daqui a pouco volto a falar.

Primeiro, quero insistir nessa história do incêndio na Seinfra (Secretaria de Infraestrutura) e na Secretaria de Habitação no Município de Camaçari. Em menos de um ano, o governo do DEM e o prefeito que não é prefeito já incendiaram quatro secretarias, inclusive o cartório eleitoral – denúncias de fraude na eleição rolam para todo canto.

Hoje, fico achando interessante e engraçada a hipocrisia do deputado Paulo Azi, que, lá de Brasília, pediu que investigassem, que isso, que aquilo, disse que ia lutar para que as coisas ficassem esclarecidas. Os vereadores da Oposição apresentaram um requerimento, pedindo esclarecimentos à secretária sobre o tal incêndio. Mas os vereadores da Base do Governo o rejeitaram: não precisa esclarecer nada, eles já sabem o motivo do incêndio.

Por isso, quero deixar registrado aqui o meu repúdio, mais uma vez, a esse governo descomprometido com o povo, que está destruindo uma cidade que era uma das mais bonitas da nossa região. Uma cidade que cresceu muito em 8 anos; que incluiu vários cidadãos, principalmente trabalhadores, filhos de trabalhadores, através do projeto Cidade do Saber; que desenvolveu tantas outras políticas para as mulheres. Mas eles acabaram com tudo.

Quero deixar registrado aqui o meu repúdio e mostrar a demagogia e a hipocrisia desse governo que está em Camaçari e dos seus apoiadores em Brasília, que estão dizendo que querem uma investigação, mas não querem nada. Eles sabem o que aconteceu ali e o motivo do incêndio na secretaria. Todos sabem que, na Secretaria de Habitação, havia um cadastro do Programa Minha Casa, Minha Vida e que eles não queriam dar continuidade ao cadastro. Tocaram fogo para poderem agora doar ou dar as casas para quem eles quiserem, para as pessoas da sua base.

Então, está aí a situação do nosso querido Município de Camaçari, cidade rica. Até agora a prefeitura já arrecadou mais de R\$800 milhões; e estamos vendo a situação de abandono e descaso.

Quero deixar registrado o meu apoio a... como é o nome da entidade? Não estou conseguindo ler. Mas quero dizer que vocês têm o meu apoio, a minha solidariedade nessa luta, compreendo que o governo tem limites orçamentários, mas tem aquela coisa de que quem não chora não mama. Então é preciso dialogar com o nosso governador sobre essa questão da isonomia, de convocar mulheres. Quando o edital foi publicizado, nós estivemos conversando com o comandante, inclusive pedindo a ele que abrisse mais vagas para as mulheres. Mas compreendemos a situação e precisamos fazer aqui uma intermediação entre o governo e o pleito de vocês, que tem o meu apoio e a minha solidariedade.

Nesse sentido, quero fazer minhas, deputado Angelo, as suas palavras, quando fala dessa questão dos boicotes, da postura, dos métodos dos carlistas, que sabiam perseguir, cortar verba. Essa história dos R\$600 milhões, que fizeram com que o Banco do Brasil suspendesse, realmente é uma vergonha para a nossa Bahia! Mas conhecemos os métodos dessa galera. Precisamos fazer a denúncia, fazer com que a sociedade se mobilize, principalmente as instituições que têm poderes para resolver isso, porque realmente é uma vergonha. O que tem acontecido no Brasil, hoje, realmente deixa qualquer democrata, qualquer pessoa que lutou para derrubar a ditadura militar, nos deixa muito tristes.

Mas, por outro lado, também nos encoraja, porque não é possível, não vamos aceitar o que esse governo golpista, que não tem o mínimo de legitimidade, que não tem o apoio de 4% da população brasileira, que está vendendo o nosso Brasil, ou então está liquidando, está doando.... Agora, até do salário mínimo ele quer roubar R\$10,00. Quer dizer, é uma vergonha! O País está ameaçado de voltar para o mapa da fome. Então, nós precisamos estar atentos a isso.

Nesse sentido, nestes 20 e poucos minutos, queria deixar registrado também que apresentamos uma indicação ao nosso governador para que instale a ronda Maria da Penha no Município de Camaçari, porque, depois que destruíram a nossa secretaria, depois do abandono das políticas públicas ao nosso centro de referência, o índice de violência contra a mulher está vergonhoso e assustador.

Queria deixar registrado aqui o nosso pleito, dialogar e pedir o apoio de todos os meus pares para que realmente o governador atenda esse pleito nosso.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O SR. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, funcionários e aqueles que estão assistindo à *TV Assembleia*, o meu

assunto aqui hoje seria outro. Mas, secundando a deputada Luiza Maia – que aqui chama o nosso partido, o Democratas, de hipócrita, de demagogo e faz algumas referências à situação de Camaçari, levantando suspeitas sobre o incêndio criminoso que lá houve –, digo que em nenhum momento queremos aqui fazer algum juízo de valor sobre aqueles incêndios. A deputada Luiza Maia já tinha tocado no assunto ontem, sugerindo que seriam outras as pessoas que fazem incêndios criminosos. No seu linguajar, na sua forma irresponsável de acusar, fala o que quer – e talvez vá ouvir o que não queira.

Daí que são estranhos, deputada, são muito estranhos não só os fatos dos quais a senhora aqui falou, estranhas são as obras de lá da Bacia do Rio Camaçari, iniciadas pelo prefeito Caetano. A CGU (Controladoria-Geral da União), a Polícia Federal e a Caixa Econômica Federal fizeram auditoria e trouxeram suspeitas de superfaturamento, sobrepreço, aditivos acima do permitido legal. Não encontraram R\$40 milhões na obra.

É isso que aqui não era para se ouvir, mas eu não posso ficar calado diante de tantas acusações de V.Ex^a. O que precisa ser esclarecido é: por que aquela obra até hoje não passou dos 50% de execução, embora a execução financeira tenha ultrapassado isso? Por que tem aditivo acima dos 25%, embora não seja permitido por lei? Por que a Caixa Econômica fez um relatório dizendo que não pôde identificar onde foram aplicados os R\$40 milhões naquela obra? A CGU disse que a obra tem um planejamento horrível, mal feito e que, por isso, está se tornando ineficaz, tanto pela construção de diversas situações quanto pelas desapropriações do início da obra até onde ela vai, da foz para a jusante...

(Algum deputado se manifesta.)

(...) Não conheço! Estou falando dos relatórios da CGU e da Caixa que foram encaminhados para a Polícia Federal.

Portanto, se V.Ex^a vier a esta tribuna para fazer acusações soltas, nós estaremos aqui para não as ouvir calados. É isso que nós precisamos esclarecer em Camaçari, para daí talvez descobriremos quais foram as razões daquele incêndio. V.Ex^a está dizendo que as razões foram as que a senhora disse. Eu aqui estou dizendo sobre uma obra que tem muitas irregularidades apontadas não por mim, não pelo prefeito que lá está, mas pela CGU, pela Caixa Econômica Federal, e que está sendo alvo de apuração da Polícia Federal.

E V.Ex^a não deveria estar dizendo que o deputado Paulo Azi é um hipócrita, um demagogo. Deputado Paulo Azi é um deputado de respeitabilidade, é um deputado que tem a representação de Camaçari, está lá defendendo o seu município e os seus interesses. Portanto, eu aqui quero dizer da honestidade e do caráter do deputado Paulo Azi, para que V.Ex^a entenda que esta tribuna deve ser usada com responsabilidade. Os esclarecimentos sobre a obra da Bacia do Rio Camaçari, aqueles que aqui disse e outros tantos que estão nos relatórios da Caixa e da CGU, é que devem ser aqui mostrados: devem ser trazidos os relatórios, as notificações e deve ser dito por que há tantas dúvidas.

É isso que eu queria dizer. Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Com a palavra, o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos. Zó, desculpa!

Com a palavra, o deputado Zó pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Presidente, colegas deputados e deputadas, pessoal do concurso da PM, seria muito bom se a gente não precisasse de polícia, mas precisa, e muito, entendeu? E as mulheres da PM têm feito, com a Ronda Maria da Penha, um trabalho bonito na região de Juazeiro, uma das cidades em que o feminicídio atinge, infelizmente, números expressivos que assustam as mulheres, assustam a sociedade.

Eu tive o prazer de lutar pela implantação da Ronda Maria da Penha, que tem dado resultados importantes em nossa região. Ela tem chegado às vezes aonde a polícia, por meio dos policiais do sexo masculino, não chega, resolvendo situações que são dramáticas para as famílias daquela região. Então, “tamo junto”, vamos solicitar a contratação e pedir também que reforcem, porque a gente está precisando.

O Brasil inteiro sofre um surto de violência, que, infelizmente, o modelo que está aí não me dá muita esperança que vá combater. A sociedade tem medo de discutir as causas, quer discutir somente o combate. Então, há assuntos que a sociedade, às vezes por questões de cunho religioso, de cunho histórico, não quer discutir. Mas a sociedade precisa discutir o combate à violência, precisamos abrir os olhos e abrir a cabeça principalmente.

Eu queria dizer que já recebi a notícia do colega Antonio Henrique sobre a chuva na bacia do Rio São Francisco. Eu e Adolfo Viana também já conversávamos sobre isso. Falei ontem, mas volto a falar porque a gente sempre fica alegre com essas notícias quando o rio está precisando de chuva. O Sertão precisa voltar a virar mar. Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé – que estão ao lado de Sobradinho – e as outras cidades precisam disso.

Mas eu queria registrar, hoje, o anúncio importante da autorização de um pedido da sociedade de Juazeiro, do qual eu pude participar por meio do governador Rui Costa, via Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb), que é a construção da pista de atletismo no valor de quase R\$600 mil. Vai ficar dentro do batalhão da Polícia Militar, em Juazeiro, servindo à Polícia Militar, mas também à comunidade. Isso já está pactuado dentro da Polícia Militar, com o coronel Anselmo Bispo, lá em Juazeiro, que é o comandante do Comando de Policiamento Regional Norte (CPRN), com o comandante do batalhão escola de lá e com o comandante Anselmo Brandão, que é juazeirense e comanda a Polícia Militar da Bahia.

Juazeiro precisa, porque tem um histórico de grandes atletas em diversos setores. No atletismo, hoje, temos o vice-campeão da maratona de São Paulo, campeão da última Maratona de Foz de Iguaçu, me parece, que é o Edson Amaro. Tivemos um amigo de Curaçá, cidade vizinha, que foi medalha de prata no Pan de

Cuba. Então, nós temos um histórico de atletas, mas temos deficiência na área de treinamento. Essa pista vem exatamente para dinamizar, fomentar, propagar e potencializar ainda mais o atletismo em Juazeiro e na região.

Eu acho que, estando dentro do complexo da Polícia Militar, será gerida todos os dias, vai ajudar na preparação dos policiais, que precisam ter um espaço para exercício físico. Isso foi feito em alguns municípios da Bahia, como Bobô estava citando. Mas eu queria ressaltar o Município de Juazeiro, na região do Vale do São Francisco, onde eu atuo politicamente, fui vereador por três mandatos naquela cidade. Queria fazer o registro de mais um anúncio positivo do nosso governador para aquela região.

Então, queria fazer esse registro, presidente, colega Rosemberg Pinto. Isso é mais um ganho para aquela região, no preparo de atletas, de policiais, de alunos de escola pública, de cidadãos e cidadãs da nossa cidade de Juazeiro e da região do Vale do São Francisco.

Muito obrigado. Um grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido deputado Alex Lima, que preside esta sessão, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, visitantes, servidores, recebi hoje, presidente, em meu gabinete, a associação que cuida do remo aqui no Estado da Bahia. Eles conversaram comigo e querem fazer uma recepção ao governador Rui Costa, para que, da mesma maneira que o governo do Estado assumiu o protagonismo da canoagem, ele também, na Cidade de Salvador, possa atuar coordenando o processo da regularização de acompanhamento dessa atividade esportiva na Bahia, que é sempre coordenada, em Salvador, pelo nosso glorioso Esporte Clube Vitória. Mas quero que o Esporte Clube Bahia também possa assumir, que aprenda muito com o Esporte Clube Vitória na modalidade do remo. Então, estou muito satisfeito e quero tratar isso de uma forma singular, para podermos atuar, regularizar e melhorar a atuação do remo no Estado da Bahia.

Queria dizer, deputado Adolfo Viana, que estou muito preocupado com a atuação e a ação de alguns pré-candidatos a deputado estadual ou a deputado federal que têm circulado aí no interior do Estado. Soube, inclusive, de um pré-candidato da Cidade de Casa Nova que tem rodado muito o Estado. E o irmão do prefeito precisa tomar um certo cuidado, porque as informações que nós temos de como está sendo tratada a Prefeitura de Casa Nova.... É preciso que se espelhe no que vem acontecendo na Bahia, Brasil e tal. Precisamos tomar um certo cuidado, porque não podemos ter uma Prefeitura para coordenar campanha de um pré-candidato, deputado Alex Lima. Respeito o fato de que todos têm o direito de se candidatar. Mas é preciso

ter um certo cuidado para não estar utilizando indevidamente a Prefeitura e os recursos municipais.

Queria, deputado Luciano Ribeiro, pedir aqui, mais uma vez, que todos os deputados intercedam junto ao governo federal no sentido de que possa ser liberado esse empréstimo que nós aprovamos aqui na Assembleia Legislativa junto ao Banco do Brasil, para podermos melhorar as estradas. Vejo aqui os deputados, às vezes, questionando determinadas estradas no Estado da Bahia. É verdade. Algumas delas precisam ser recuperadas. Mas a maioria delas está vinculada, inclusive, a esse empréstimo de R\$600 milhões, que está sendo, segundo os jornais, obviamente, aprisionado no Banco do Brasil por orientação dos defensores do presidente Michel Temer aqui na Bahia. Então, queria pedir a todos os deputados, independentemente da coloração partidária, para trabalharmos no sentido de liberar rapidamente esse empréstimo, deputado Carlos Geilson, V.Ex^a, que tem uma relação muito próxima com os diversos segmentos do Estado da Bahia.

E, por último, com relação ao amianto, eu recebi, na semana passada, representante do sindicato, representante dos trabalhadores, representante das empresas e também da área técnica no sentido de regulamentar o uso do amianto na Bahia. E a ideia é que, realmente, aprovemos, nesta Casa, deputado Luciano Ribeiro, como São Paulo e diversos estados aprovaram, uma lei que proíba a utilização, a extração, o manuseio do amianto no Estado da Bahia. Espero que todos nós votemos a favor do referido projeto de lei, para dar fim e banimento total do amianto no Estado da Bahia, uma vez que esse produto é altamente cancerígeno. No mundo inteiro, há uma regulamentação para a não utilização. Mas, aqui na Bahia, algumas empresas ainda utilizam. Nós precisamos fazer o banimento. Quero pedir o apoio do deputado Adolfo Viana e dos diversos deputados para que possamos aprovar, em caráter de urgência, o banimento do amianto aqui no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Convido, para fazer uso do Grande Expediente, o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Corrija aí. V.Ex^a falou 15 minutos. São 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Eu falei 25 minutos, Srs. Deputados. Mas, se eu tiver me equivocado, corrijo para 25 minutos o tempo do deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos que nos visitam nas nossas Galerias, colegas da imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*, antes de mais nada...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- V.Ex^a está inscrito, deputado Adolfo Viana.

(...) hoje é dia 7 de novembro. Se estivesse vivo, Ary Evangelista Barroso estaria completando 114 anos. Por isso, no primeiro governo do presidente Lula, através de um decreto, foi mudado o Dia do Radialista de 21 de setembro para 7 de novembro, a fim de coincidir justamente com a data de aniversário de Ary Barroso, radialista, torcedor fanático do Flamengo, autor de uma das músicas mais executadas no mundo: Aquarela do Brasil. E Ary Barroso compôs músicas falando da Bahia sem vir à Bahia, como na Baixa do Sapateiro e também No Tabuleiro da Baiana. Ele só viria conhecer a Bahia anos depois de fazer essas composições, que se tornaram sucesso aqui no Estado. Então, hoje, dia 7 de novembro, é o Dia do Radialista.

Saúdo os nossos visitantes, servidores do Tribunal de Justiça, supervisores de expediente do Tribunal de Justiça que defendem uma causa justa, pois têm direito ao CET. Nós, também, estamos empenhados em uma conquista justa por direitos que não devem ser excluídos neste projeto que está tramitando nesta Casa. E, há, também, os concursados de 2017 da Polícia Militar do Estado da Bahia.

E, por falar em Polícia Militar, o nosso pronunciamento de hoje versa basicamente sobre a questão da segurança pública. Vamos apresentar dados preocupantes em comparação com outros Estados, principalmente São Paulo, que tem uma população três vezes maior que a população da Bahia, e tem um índice de violência muito menor do que a Bahia. Isso caracteriza problemas cruciais, problemas de políticas de governo que precisam ser implementadas.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Estão inscritos, também, os deputados Targino Machado, Hildécio Meireles e Adolfo Viana.

(Lê) “Nunca antes, na história deste País, se matou tanta gente na Bahia como acontece agora. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano passado, ocorreram 7.110 mortes violentas em nosso Estado. Sozinha, a Bahia registrou mais de 11% do total de homicídios ocorridos no País em 2016. Naquele ano, o Brasil somou 61.619 mortes violentas. Uma média de sete pessoas assassinadas por hora.

Os números são assombrosos. É uma verdadeira carnificina!!!

Nos 6 últimos anos, matou-se mais no Brasil do que na Síria, país que vive uma guerra declarada e sangrenta desde 2011.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqui, a guerra é mais sangrenta ainda, embora não declarada – e, o que é lamentável, teima-se em não vê-la, teima-se em não enxergá-la. Aqui mesmo, nesta Casa, vemos deputados e deputadas, no afã de

defender o governo, a querer negar a verdade dos números, mesmo sabendo que esses são números verdadeiros.

Não são meros números, deputados! São homens, mulheres, adultos, jovens e até mesmo crianças que vêm perdendo a vida nesta guerra cruenta que toma conta da Bahia e enche de dor os lares baianos.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, não são meros números. São nossos irmãos. São pais, são filhos, são parentes, são amigos. São gente de carne e osso, de alma e coração, que conosco viviam e dividiam suas alegrias e tristezas, seus sonhos e aspirações.

É preciso, para combater esta explosão de violência que atinge a nossa terra – e ganhou dimensões de tragédia dantesca nos últimos anos –, é preciso que nos deixemos conduzir pela análise racional e não pela estupidez da demagogia, pelo estreitamento ideológico ou pela disputa política cega, que não permitem ver o que verdadeiramente está acontecendo com o nosso povo.”

Quem nega esses números quer usar óculos de cor, quer uma disputa cega de forma estúpida e demagógica. E nós estamos aqui para abrir o debate amplo e transparente.

“Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, só agindo racionalmente encontraremos os motivos que levam a Bahia, com pouco mais de 15 milhões de habitantes – o equivalente a 1/3 da população de São Paulo – a registrar mais mortes violentas que aquele estado, com cerca de 45 milhões de habitantes.

Prestem atenção, Srs. e Sr^{as} da Imprensa, pois, em números absolutos, a Bahia registrou 44% a mais de homicídios que São Paulo no ano passado: 7.110 mortes contra 4.925.

Esta é a pergunta: por que, na Bahia, se mata mais que em São Paulo? Aqui, no ano passado, foram 46,5 mortes violentas para cada grupo de 100 mil habitantes. Isso é bem acima da taxa média do Brasil que foi de 29,9. Prestem atenção: em São Paulo, foram 11 mortes a cada 100 mil, a menor taxa dentre os estados. Em Sergipe, foi registrada a maior taxa do País: 64 mortes por 100 mil habitantes.

Para seguir na comparação, em São Paulo, os homicídios caíram 12,23% entre 2013 e 2016. Na Bahia, no mesmo período, aumentaram 16% na Bahia. Por que isso?”

Por que São Paulo, com uma população três vezes maior que a daqui, reduz o número de homicídios? Por que a Bahia, com a população três vezes menor que a de São Paulo, tem aumento em número de mortes violentas? Para seguir na comparação, estamos tomando o parâmetro 2013-2016 nos estados de São Paulo e da Bahia.

“Li, recentemente, uma entrevista do senhor secretário de Segurança Pública na qual ele diz que isso ocorre porque, em São Paulo, o tráfico de drogas é monopólio de uma única facção criminosa. Já na Bahia são mais de 10 pequenas facções brigando entre si, disso resultando muitas mortes na disputa de território.

Ora, quer dizer, em São Paulo, o crime organizado é mais organizado e, por isso, ocorrem poucas mortes. Na Bahia, o crime organizado é desorganizado e isso faz aumentar o número de mortes no Estado. E, aí, o que vamos fazer: organizar melhor o crime organizado na Bahia? É isso? O assunto precisa ser tratado com mais seriedade, Sr. Deputados e Sr^{as} Deputadas.

A resposta a essas indagações é uma só: na Bahia, estão faltando políticas públicas capazes de reduzir a violência e deter o avanço da criminalidade.

O carro-chefe da política de segurança pública do governo do PT na Bahia, que vem desde a administração de Jaques Wagner, é o Pacto Pela Vida. Este é uma adaptação de um programa do mesmo nome executado em Pernambuco, uma vez que, em seus anos iniciais, de fato, o mesmo reduziu a violência e a criminalidade naquele Estado.

A questão, Sr. Deputados e Deputadas, é que, em Pernambuco, matriz do Pacto Pela Vida baiano, a violência também vem aumentando assustadoramente. Em 2016, Pernambuco ficou em 4º lugar no *ranking* da violência com 4.479 mortes violentas e uma elevada taxa de 47,6 homicídios por cada 100 mil habitantes – maior que a taxa da Bahia.

Entre 2013 e 2016, o número de mortes em Pernambuco subiu 41,53%. Quer dizer, no quesito políticas públicas de segurança, Pernambuco não é um exemplo para a Bahia. Melhor seria olharmos com mais dedicação para o que vem ocorrendo em São Paulo.

A Bahia se recusa a fazer isso, deputado Adolfo Viana, apenas porque São Paulo é governado pelo PSDB, o que é uma grande bobagem. O que interessa são os resultados. Lá, se mata menos, bem menos que na Bahia.

Alguma coisa precisa ser feita para chegar aos resultados de São Paulo. E isso deve interessar a todos nós, a todos os baianos de um modo geral. Em nome das 7.110 vítimas da violência em nosso Estado só no ano passado.

Recusar este debate, fugir desta discussão, Sr. Deputados e Sr^{as} Deputadas, é, praticamente, tornar o governo baiano cúmplice dessa carnificina.”

E nós estamos aqui para protestar e buscar os bons exemplos do que acontece, por exemplo, hoje, em São Paulo, que é governado pelo PSDB, meu caro deputado Adolfo.

Ouçó o colega e deputado Adolfo Viana com muito prazer.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Carlos Geilson, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento ao tempo em que agradeço o aparte concedido por V.Ex^a.

De fato, nós precisamos, aqui nesta Casa Legislativa, discutir mais esse assunto da segurança pública justamente porque o Estado da Bahia tem números assustadores. V.Ex^a relatou alguns números que nos deixam perplexos. De fato, o Estado da Bahia hoje é, sem sombra de dúvida, um dos estados mais violentos do País.

E, quando observamos, a todo momento, bancos serem explodidos, a Bahia ser a campeã em crimes violentos do País, quando nós achamos que já vimos praticamente de tudo, passamos a assistir pessoas invadindo fazendas, destruindo propriedades e o governo omisso, como se aprovasse tal comportamento. Isso é realmente inaceitável. O nosso País, deputado Carlos Geilson, viveu e vive momentos gravíssimos de crise financeira. E o que fez esse País ficar em pé foi, justamente, a força do agronegócio.

Em qualquer estado brasileiro, esse tipo de atitude seria repreendida de maneira firme por parte do seu governo. Aqui na Bahia, a omissão do governo do Estado nos faz ter dúvidas se o Estado da Bahia quer ou não punir esses vândalos que destruíram e deram um prejuízo direto a uma propriedade que produz alimentos em valor de mais de R\$ 60 milhões.

E, aí, nobre colega e amigo deputado Carlos Geilson, nós lutamos aqui no ano passado pela nomeação dos policiais civis, porque entendíamos que a Bahia necessitava de um maior efetivo, naquele momento tínhamos um efetivo menor do que o Estado de Pernambuco, que tem uma área territorial menor do que a Bahia, aliás, a metade do que tem o Estado da Bahia. E, hoje, aqui, estamos a observar a luta dos policiais militares pela nomeação.

É uma prova concreta de que o governo não prioriza segurança pública. Se pegarmos o orçamento do Estado, vamos ver que o governo prefere investir em propaganda do que investir na força da polícia do Estado da Bahia.

E é por isso, Sr. Deputado, que, no ano que vem, a população vai ter a oportunidade de ir às urnas, e todas as pesquisas apontam que haverá mudanças aqui no nosso Estado, justamente porque ninguém mais aguenta ver a forma negligente como esse governo trata os policiais militares, os policiais civis e toda a população baiana que depende de uma boa segurança pública.

Portanto, parabenizo V.Ex^a, ao tempo em que parabenizo, também, esses policiais que aqui estão lutando para poderem servir à Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado, deputado, incorporo seu aparte ao nosso pronunciamento. Pela sequência de apartes, o deputado Hildécio, o deputado Targino e o deputado Pablo.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu caro deputado Carlos Geilson, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento muito oportuno, essa questão da segurança pública na Bahia é um tema de todo dia. Temos aqui os dados do 11º Anuário de Segurança Pública, que são dados, são fatos – e contra fatos não há argumentos.

O Brasil de fato é um País problemático com segurança pública. São mais de 61 mil mortes em 2016 por violência, mortes violentas. É um problema do Brasil, mas o fato de a Bahia ser o estado mais violento do Brasil é um problema da Bahia, é um problema do governo da Bahia, que teve ocorrência de mais de 7 mil mortes violentas em 2016. Isso é maior do que o número de mortes na guerra civil do

Afganistão em 2015. Portanto, é preciso que as pessoas tenham noção do que é isso. E vocês observam a imprensa do dia a dia: todo dia, todo final de semana, são mais de 40 novos homicídios por violência.

Enquanto isso, deputado Carlos Geilson, o governo do Estado não gasta, não investe em segurança pública, e esse é o maior culpado pela falta de segurança pública no Estado. Em 2016, no seu orçamento, o Estado tinha previsto investimentos de mais de R\$ 300 milhões, e só investiu pouco mais de R\$ 30, isso corresponde a 0,14% do total do seu orçamento, ou seja, a participação de investimentos na área de segurança pública no orçamento do Estado ficou apenas em 0,14%. Então, no meu entender, esse é o maior problema que nós temos, é a falta de boa vontade do governo em investir em segurança pública.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a por esse pronunciamento tão oportuno neste momento em que a população da Bahia clama por mais segurança, clama por um governo mais sério.

Muito obrigado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado Excelência, deputado Hildécio Meireles, incorporo ao nosso pronunciamento o seu aparte.

Com o aparte, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Deputado Carlos Geilson, muito obrigado pela concessão do aparte.

Quero dizer, para que fique registrado, que são indiscutíveis os números trazidos por V.Ex^a a respeito da segurança pública no Estado da Bahia. Esses números não são invenção de V.Ex^a, que os traz nesta tarde, ou invencionismo meu, que também os tenho trazido, de forma recorrente, no Plenário desta Casa nos últimos meses.

O que interessa hoje, deputado Carlos Geilson, é o que fazer para melhorar a segurança pública na Bahia, e eu gostaria de deixar aqui alguns pontos. Primeiro: creio que não dá para melhorar a segurança pública da Bahia sem um choque de gestão, e nesse choque de gestão a primeira coisa que se precisaria fazer seria a mudança no organograma da Secretaria de Segurança Pública nas peças que estão formando esse organograma. O governador precisa cumprir o quanto foi prometido na campanha política, quando ele disse que iria dotar a Polícia Militar de 40 mil homens. Então, ele não o faz. Não cumpriu até aqui, não tem tempo e não terá mais tempo para cumprir. Então, que ele imediatamente convoque os 3 mil policiais que foram homologados no concurso da Polícia Militar.

Defendo também que, em vez de querer convocar os 2 mil policiais aposentados da reserva, ele amplie a lista dos aprovados em mais 2 mil nomes. E quero aqui dizer que esta Casa apoiará, notadamente a Oposição, a adoção desse feito por S.Ex^a o Governador.

Concluo o meu aparte, deputado Carlos Geilson, dizendo que tenho criticado a gestão da Segurança Pública, na Bahia, do Sr. Maurício Barbosa, pela ineficiência,

pelos resultados negativos que ele tem apresentado à frente da Segurança Pública, a ponto de algumas pessoas ligadas à Secretaria de Segurança Pública andarem difundindo que eu tenho problema pessoal com o Sr. Maurício Barbosa. Eu sequer conheço esse moço, sequer, em algum tempo, o cumprimentei ou dividi algum espaço físico com ele. Não o conheço, não preciso conhecê-lo. Ele deve ter as suas qualidades, os seus predicados, mas revela-se um péssimo gestor para a segurança pública da Bahia.

Por isso que eu tenho pedido, de forma recorrente, a saída desse moço da Secretaria de Segurança Pública da Bahia e a convocação imediata, pelo governador, dos 3 mil policiais homologados no concurso.

Muito obrigado, deputado Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Obrigado pelo aparte, deputado Targino.

E volto a um ponto do meu discurso no qual eu disse o seguinte: esses números não são meros números, são homens, mulheres, adultos, jovens e até mesmo crianças que vêm perdendo a vida nessa guerra cruenta que toma conta da Bahia e enche de dor os lares baianos. Não são meros números, são nossos irmãos, são nossos pais, são filhos, são parentes, são amigos, gente de carne e osso, de alma e coração, que conosco vivia e dividia suas alegrias e tristezas, seus sonhos e aspirações.

E assim concluo a nossa participação no Grande Expediente, agradecendo aos colegas que fizeram apartes.

Mas, quero tratar de um assunto só para finalizar essa participação. O que é campanha antecipada? A pergunta é esta: o que é campanha antecipada? O ex-presidente Lula sai pelo Brasil afora, diz que quer conhecer o Brasil, mais uma vez, numa caravana, pedindo voto, dizendo que é candidato, com um adesivo “Lula 2018”. É campanha antecipada? Isso que eu quero saber. Isso é campanha antecipada, ou não é? Podemos também usar nossos adesivos “Carlos Geilson 2018”, e pedir voto, e fazer promessas? Podemos fazer isso? Seremos punidos pela justiça eleitoral. Mas tanto Lula quando Bolsonaro saem pelo Brasil afora pedindo votos, dizendo que são candidatos à Presidência da República. Isto é campanha antecipada? Cada um que faça seu juízo de valor.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Informamos a visita dos estudantes do Colégio Miró, agradecemos a participação de vocês na sessão de hoje.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/Podemos, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, pelo Bloco falará o deputado Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 12 minutos, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento nenhuma deputada na Casa, senhores das Galerias, os telespectadores que nos assistem neste momento. Deputado Marquinho Viana, V.Ex^a é um deputado que, além de ser um companheiro colega de partido do PSB, é um deputado também do interior do Estado, que convive com o flagelo da seca, que sabe quais são as dificuldades que o povo sofre, cotidianamente, decorrentes de uma das mais graves estiagens ocorridas na história deste estado.

Trago hoje um alerta, mas, antes de dar esse alerta e apresentar essa denúncia, quero pedir, aos nossos colegas deputados que são apoiadores do presidente golpista Michel Temer, clemência pelo povo do interior do Estado da Bahia. Eu gostaria, meu querido amigo conterrâneo deputado Carlos Geilson, de dizer que é lamentável que V.Ex^a venha aqui fazer um pronunciamento falando do ex-presidente Lula, da sua caravana que está sendo realizada pelo País – ocorreu no Nordeste, foi concluída agora em Minas Gerais. E me parece que o direito aos princípios fundamentais da liberdade e da igualdade ainda estão valendo em nossa Constituição.

Depois de tanto massacre contra o presidente, o homem mais massacrado pela mídia depois de Getúlio Vargas, não sei se há equiparação, tem que se fazer um estudo para saber quem foi mais massacrado pela mídia brasileira, e alguém ainda vai fazer Eu trouxe aqui, deputado, e quero recomendar a obra de Elio Gaspari a todos que estão em casa – que possam fazer até um esforço para ler. O primeiro volume da sua obra é *A ditadura envergonhada*. Depois vem *A ditadura derrotada*; *A ditadura escancarada*; *A ditadura encurralada*. Por fim: *A ditadura acabada*.

Vivemos um momento de apreensão. E não é possível que, a uma altura dessa do campeonato, em pleno século XXI, estejamos lutando contra esse retrocesso. O próximo ano é ano de lutarmos ainda mais nas ruas, conversando com as pessoas e com o povo, contra qualquer tipo de retrocesso que seja possível acontecer.

Então, o que é que tem de estranho? Um cidadão que está lá acompanhando a caravana do ex-presidente Lula colocar o “Lula 2018”? Ele fazer a sua manifestação individual, de forma libertária, da sua expressão, do que ele quer para o ano que vem? Isso não é campanha antecipada, absolutamente. Essa é uma posição que acho bem tranquila, de todos nós.

Mas, Sr. Presidente, senhoras e senhores, deputada Luiza Maia – nós, que somos sertanejos da nossa Feira de Santana, onde, durante a infância e adolescência, percorremos o interior e o sertão deste estado e agora como deputados estamos fazendo com ainda mais intensidade –, trago aqui uma denúncia que é grave. Foi aprovado um plano detalhado de resposta realizado pela Superintendência de Proteção da Defesa Civil do Estado da Bahia.

No mês de maio, foi apresentado um plano de trabalho com a finalidade de atender pessoas que necessitam de auxílio do poder público. Descreve o plano: a estiagem ou seca afeta os municípios, suscita a necessidade de abastecimento

emergencial de água potável. Apresentado o plano de trabalho na Superintendência de Defesa Civil Nacional do Ministério da Integração Nacional, apontava um estudo que 4 milhões, 45 mil, 585 pessoas na Bahia estavam vivendo, naquele momento, num estágio em que necessitavam de recursos da ordem de R\$29 milhões. Foram aprovados R\$27 milhões para serem transferidos do âmbito nacional para a Superintendência da Defesa Civil do Estado da Bahia.

E, aqui, quando os deputados vêm falar de segurança pública, que é uma situação que, realmente, aflige todo o País, eu peço a V.Ex^{as} um minuto de atenção porque neste caso V.Ex^{as} ainda podem dar um jeito. Esse recurso foi negado. Depois de aprovado, ele foi transferido e, em vez de cair – olhem a coincidência – na conta da Defesa Civil, o mesmo recurso aprovado, R\$27 milhões, exatamente o mesmo recurso, caiu nos cofres da Defesa Civil do Município de Salvador. Portanto, mais uma vez, percebemos, meu caro deputado Joseildo, que essa turma está, realmente, com as costas voltadas para as necessidades do povo.

Quero fazer essa denúncia e digo que ainda há tempo. Depois de ter deixado a Defesa Civil da Bahia com o cofre zerado – sem poder fazer com que recursos cheguem a mais de 221 municípios que estão em estado de emergência, impossibilitando a contratação de carros-pipa que abasteçam o sistema de cisternas para que a população, que crianças, homens e mulheres não passem sede nessa seca castigante –, infelizmente, a turma do DEM, que já está engavetando R\$600 milhões, agora de forma impiedosa resolve, mais uma vez, mostrar as suas garras e retirar esse recurso do povo da Bahia.

E aí você, meu querido e minha querida cidadã baiana, pode dizer daí da sua cidade, Abaré, Água Fria, Anguera, Andorinha, Andaraí, Antônio Cardoso, Barro Alto, Belo Monte, Bom Jesus da Lapa, Cansanção, Queimadas, Caetité, Canudos, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Casa Nova, e por aí vai. Pode dizer: não chegou recurso à sua cidade, Sr. Prefeito, não chegou recurso às suas cidades, Srs. Vereadores e Sr^{as} Vereadoras, porque a turma da malvadeza impediu que R\$27 milhões aprovados chegassem para a Defesa Civil do Estado da Bahia. Mandou para o município o mesmo dinheiro, que foi utilizado na gestão do Sr. Gustavo Ferraz frente à Defesa Civil municipal. Todo mundo aqui sabe de quem estou falando. Não sei se ainda está preso, se já está solto com a tornozeleira eletrônica, ou se está em prisão domiciliar.

Mas esses mesmos R\$27 milhões foram usados, àquela época, deputada Luiza Maia, aqui, em Salvador, para cuidar das encostas, e compraram as geomantas com esses mesmos recursos. Só temo que alguém que tenha recebido um recurso como esse e depois sido preso não tenha aplicado, realmente, esse recurso da forma correta.

Deixaram de cuidar, com os R\$ 27 milhões, de milhares de pessoas que estão convivendo com uma das mais graves secas deste Estado para cuidar de Salvador, da população das encostas, com as geomantas. As geomantas estão aí, nada contra. Até parabênizo, também, essa ação. Mas não posso admitir que nós, da Bahia, um Estado em que 2/3 da sua população vive no semiárido, estejamos sendo castigados, porque o dinheiro da água, o dinheiro do carro-pipa foi retirado.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de ler este pronunciamento, em que digo:

(Lê) “Os trágicos efeitos da estiagem/seca no Estado, que é considerada a pior já existente na Bahia, demandam por ações e políticas públicas para abastecimento de água para as populações que habitam as comunidades rurais e urbanas afetadas pela estiagem castigante.

Nós, que percorremos diversas cidades que se encontram em estado de emergência, estamos vendo como surreal a sabotagem escancarada que agentes políticos ligados ao governo Michel Temer vêm promovendo contra o povo baiano.

Plano Detalhado de Resposta aprovado em maio de 2017, com valor de R\$ 27 milhões, foi estranhamente suspenso. Coincidentemente, esse mesmo valor apareceu nos cofres da Defesa Civil do Município de Salvador. Os valores foram usados para compra de geomanta. Que bom que resolveram cuidar das encostas de Salvador, ainda que de forma paliativa, com geomantas. Porque o governador Rui Costa está cuidando das mesmas encostas de forma definitiva.

Porém, o povo do interior segue sendo perseguido por um governo que teima em desconhecer a responsabilidade social, o governo do Sr. Michel Temer e dos que o cercam. A resposta do povo virá na sua forma mais legítima, no voto, em 2018.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

Falará, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Pablo Barrozo; pelo tempo restante, de 5 minutos, o deputado Sandro de Oliveira Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, membros do Poder Judiciário, baianos e baianas que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, às vezes ficamos estarecidos porque, não imagino que seria diferente, o governo do Partido dos Trabalhadores há muito tempo sobrevive da propaganda, da mentira, acreditando na ignorância do povo brasileiro e acreditando na ignorância dos baianos. Eles acreditam que os baianos não sabem pensar, não sabem raciocinar, não têm vontade própria.

Quando ouvimos um discurso como o do meu colega que acabou de me anteceder ficamos atordoados com tanta imaginação, com a falta de discurso, com a falta de conexão com a realidade. Na falta do que dizer, não diz nada. E seria até engraçado se não fosse trágico.

Mas o governador, que é omissor, não assume as suas responsabilidades. Tivemos aqui, na semana retrasada, um atestado de incompetência dado a ele pelo prefeito ACM Neto quando pegou a responsabilidade, que era do Governo do Estado, de construir o Centro de Convenções de Salvador...

Estou vendo que os deputados ligados a Rui, do PT, estão desesperados. Eu fico assustado com a capacidade que eles têm de inventar.

Primeiro, eu estava me questionando se aqui somos deputado federais, porque não vejo eles virem aqui para falar da Bahia. Só falam de Michel Temer, o presidente que eles elegeram, que votaram na chapa com Dilma. O presidente que eles elegeram! De um governo de coalizão que se demonstrou corrupto do começo ao fim, o governo deles, e que está sendo investigado até agora.

Depois, vemos a omissão, o desespero através da mentira! A mentira do governador, e a mentira... Inclusive, deputado, V.Ex^a tentou reunir assinaturas dos prefeitos na reunião que houve aqui para fazer um ato político irresponsável com relação aos 600 milhões. E o próprio presidente da UPB não aceitou e não assinou o seu ato; o deputado federal Cacá Leão – eu estava lá – não assinou o seu ato. Cacá Leão, que é seu aliado, não assinou o seu ato, porque sabe que essa não é a forma de construir, de conseguir algo para o nosso Estado.

Se o governador é omissor e não consegue cumprir com suas responsabilidades, não consegue asfaltar uma estrada, não vá botar a culpa no prefeito de Salvador por que não asfaltou a estrada de Barreiras a Catolândia, como o governador tentou fazer há uns 2 meses. Se o governador não tem competência de asfaltar as estradas da Bahia, não vá botar a culpa no prefeito de Salvador, porque...

Não sei se V.Ex^a anda pelas ruas de Salvador, mas se andar verá que a prefeitura cuida muito bem das estradas, das vias e dos bairros de Salvador. E, deputado Gika, em todos os bairros há novas praças, novos postos de saúde.

Iremos inaugurar, em fevereiro ou março, aqui, em Salvador, o Hospital Municipal. Está-se fazendo o Centro de Convenções municipal porque o Governo do Estado precisava dessa “mãozinha” da prefeitura, porque o Governo do Estado é fraco, omissor, irresponsável, não tem planejamento, não tem bons projetos. Vive de ilusão! A Ponte Salvador-Itaparica é um tapa na cara de todos os baianos. É um tapa na cara! A Ponte Salvador-Itaparica é uma irresponsabilidade sem tamanho!

Não existem argumentos para os números de homicídios em nosso Estado! V.Ex^{as} podem subir aqui as vezes que for, podem subir aqui quantas vezes quiserem, mas não podem convencer o povo e a população da Bahia, que estão com medo de andar nas ruas, porque quem anda na rua, hoje, é bandido! As pessoas de bem andam presas em suas casas. Nós perdemos...

E eu quero dizer, com muita responsabilidade, que acredito muito na Polícia Civil e na Polícia Militar do nosso Estado, mas não acredito nesse governo falido, que não tem projetos. Não tem bons projetos! Enquanto as políticas... E vem com

uma desculpa furada, como se alguém aqui não soubesse ler, nem escrever e não entendesse; não lesse os jornais, nem se informasse!

A violência em Pernambuco, um estado bem parecido com o nosso, diminuiu muito nos últimos 10 anos. Vem com a desculpa de que a violência é algo nacional. Nós sabemos que a violência é algo nacional.

Inclusive, a guerra de classes, colocar preto contra branco, colocar o Brasil dividido, é algo que V.Ex^{as} tentam, tentam e ainda tentam até hoje. Tentaram na eleição passada – foi a tábua de salvação – e estão tentando agora, num discurso forjado na mentira.

Então, enquanto o governador está sendo omissos, está tentando, inclusive, já passar suas responsabilidades para o próximo governador, o prefeito de Salvador está trabalhando.

Governador, assuma suas responsabilidades, porque ficar colocando suas responsabilidades no colo do prefeito de Salvador... V.Ex^a tem que se candidatar a prefeito de Salvador e não a governador do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, ocupantes da Galeria Paulo Jackson, o Brasil ficou surpreso com os acontecimentos no Município de Correntina. Uma fazenda, um investimento referência, que produzia cenoura, feijão, tomate, alho, cebola, soja, milho, entre outros produtos, fazenda essa, deputado Carlos Geilson, que era conhecida internacionalmente por sua capacidade, tecnologia e, acima de tudo, pela quantidade de pessoas que empregava naquele município.

A fazenda foi invadida e teve a sua infraestrutura totalmente destruída. De 32 pivôs centrais, deputado Luciano, 20 foram destruídos.; trator, uma retroescavadeira, uma patrol, uma pá carregadeira, 11 tratores queimados. Nós falamos aqui em um prejuízo de mais de R\$60 milhões.

E eu faço uma pergunta, porque não vi a Bancada do Governo tocar nesse assunto aqui: qual será a posição do Governo do Estado, do governador Rui Costa perante esse ato de vandalismo, perante esse ato que macula e traz uma insegurança total aos investidores no agronegócio em nosso Estado.

Eu falo, aqui, senhores de um prejuízo que passa da ordem de R\$60 milhões. Eu falo, aqui, senhores de uma fazenda 100% produtiva, de uma fazenda referência em tecnologia! E nós não vimos, até agora, sequer o Governo do Estado sinalizar qual a punição e qual a atitude que tomará para que esse efeito de insegurança não se alastre mundo afora.

Eu quero dizer a vocês que nesse momento econômico difícil que o nosso País vive quem dá sustentação, quem está segurando o PIB é o agronegócio. O setor produtivo do País, do Brasil vem da terra, de quem produz, de quem gera emprego, de quem gera alimento. Eu quero saber qual é o empresário, qual é o investidor que depois desse acontecimento em Correntina ainda pensa em investir 1 real em solo baiano. Não investe porque aqui, deputado Luciano, o Governo do Estado, desde que o PT assumiu, não dá uma reintegração de posse. O juiz, o Judiciário, despacha o mandado e a Casa Civil do Governador não cumpre. E a insegurança paira no Estado da Bahia.

Isso que aconteceu na fazenda Igarashi – para concluir Sr. Presidente –, o governo deveria agir de uma forma rápida, de uma forma objetiva para dar exemplo e tranquilidade ao setor do agronegócio do nosso Estado. Li pela imprensa que o Sr. Governador Rui Costa nem aos empresários irá atender, ou seja, fica claro que nessa situação os protegidos são os vândalos e os bandidos, e o Estado não abraça quem produz e gera riqueza para ele.

Triste Bahia, governada pelo governo do PT!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, falarão o deputado Bira Corôa, pelo tempo de 6 minutos, e a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): - Concedo a palavra ao deputado Bira Corôa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr^{as} Deputadas, visitantes, imprensa, servidores e servidoras, primeiro, faço uso da palavra para, mais uma vez, chamar a atenção para uma manobra muito peculiar do sistema carlista, dos governos carlistas, de tentar transferir responsabilidades ou de utilizar os artifícios da violência e da transgressão quando se sentem investigados e, conseqüentemente, quando são chamados para a responsabilidade.

Em Camaçari, no dia 2, duas secretarias que funcionavam no mesmo prédio sofreram incêndio. E o governo municipal, o desgoverno ou a ausência do prefeito Elinaldo, tenta transferir essa responsabilidade ao PT e à gestão do então prefeito Caetano.

É muito claro dizer que quem tem a cultura de incendiário não é o Partido dos Trabalhadores. A cultura de incendiário neste Estado sabemos onde ela mora, tem identidade, tem DNA, porque é exatamente na prática carlista que vivenciamos todo um processo. Basta dizer que o Município de Salvador, há tão pouco tempo, em 2013,

teve a Secretaria da Educação incendiada exatamente quando estavam sob investigação processos que favoreciam parceiros da gestão municipal.

Nós também vivenciamos esse processo no Estado. Aqui mesmo, deputada Luiza Maia, no CAB, nós podemos citar várias referências. A Secretaria Estadual da Educação foi incendiada aqui, no Estado. Consequentemente, a Secretaria Estadual da Educação, quando foi incendiada...

O Sr. Adolfo Viana:- Diga os nomes.

O Sr. BIRA CORÔA:- Dou, exatamente, se V.Ex^a achar interessante. Eu não queria expor, mas se V.Ex^a quer, eu vou expor o governador Paulo Souto. Foi na gestão de Paulo Souto que a Secretaria Estadual da Educação foi incendiada.

O Sr. Adolfo Viana:- Fala fora do microfone.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) Calma, deixe eu falar. Deixe eu concluir.

Assim também tivemos o Tribunal de Justiça e o TRE. Todos foram incendiados exatamente quando o alvo em discussão era a gestão do DEM no nosso Estado.

E há consequência hoje em Camaçari, como a da gestão de Tude, quando prefeito, que também tem a marca do incêndio. Incendiou o Vira Mundo. Marca da cultura do Município de Camaçari, o Circo Vira Mundo foi incendiado na gestão dele. E agora eles estão tentando apagar a opinião pública de uma gestão que não existe para o município. Tentaram maquiagem o município com obras “sonrisal”, como a população assim está chamando. O asfalto, depois de inaugurado, com uma semana, já está se desfazendo. Com a primeira chuva, a marcação de pista, a tinta colocada três dias antes, foi lavada, deixou de existir.

E, exatamente, neste momento, aparece o incêndio que tenta criminalizar o PT, quando o objetivo central, deputados, é o pano de fundo: queimar quase 8 mil cadastros do programa Minha Casa, Minha Vida que estavam na Secretaria de Habitação. Mas eles não abrem discussão, porque lá estão para serem entregues 2.200 moradias, e eles insistem em alterar esses cadastros. Mas nós, muito tranquilamente, estamos acompanhando, estamos fazendo acompanhamento com as pessoas que têm o cadastro, que estão fazendo um dossiê, junto ao Ministério Público, para resguardar o direito de cidadania, o direito dos que estavam inscritos de não ter os cadastros alterados.

Assim também, no dia de ontem, deputada Luiza Maia, nós tivemos uma grande surpresa no Município de Camaçari. Nós nos deparamos com uma obra que está sendo feita pelo prefeito, utilizando o recurso, deixado pelo prefeito Ademar, de um convênio a partir de um empréstimo. Nós nos deparamos com o material que está sendo utilizado nas calçadas públicas, o material da Empresa Master. Estava exposto em vários pontos da cidade, com uma placa da Empresa Master: “Obra destinada à obra do Aeroclube”. Uma verdadeira piada: obra do Aeroclube. Virou brincadeira.

Encontramos carro da Limpec pegando lixo em Salvador e carro da Limpurb pegando lixo em Camaçari. Consequentemente, agora o material de uma obra da

capital é encontrado numa obra no Município de Camaçari. E já está entregue ao Ministério Público. Estou aqui fazendo apenas um registro aqui nessa Casa. Isso mostra, sem dúvida alguma, o que é que é que eles estão tentando esconder. Tentando esconder que, apenas num contrato emergencial, R\$17 milhões foram pagos para coleta de lixo, enquanto o prefeito Ademar gastou R\$23 milhões em um ano.

Então, são essas ações que estão para ser discutidas. E eu não tenho dúvida alguma, Srs. Deputados, dúvida alguma de que o PT não tem nenhum envolvimento com o incêndio. Por isso, nós encaminhamos à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia um requerimento pedindo celeridade e o acompanhamento na investigação, assinado pelo deputado Caetano, pela deputada Luiza Maia, o nosso mandato, os cinco vereadores da Oposição...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) vou concluir.

(...) e hoje, nobre presidente, a Câmara Municipal, os vereadores de base que dizem que querem apuração votaram contra uma sessão especial convidando a secretária, a Secretaria de Segurança Pública, para esclarecer os fatos para a comunidade de Camaçari.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) Eles fazem estardalhaço na mídia. Mas fogem de fazer o debate, a discussão e a apuração, porque a gente sabe onde está. Está exatamente no grupo incendiário que pensa que vai apagar a imagem construída por uma boa gestão em Camaçari, em detrimento da péssima gestão que eles estão conduzindo no nosso Município.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, eu voltei a esta tribuna para tentar entender e continuar o debate com o deputado Luciano Ribeiro, que se estressou tanto quando a gente falou da situação de Camaçari.

E eu queria perguntar ao deputado Luciano se os xingamentos que os dois deputados, o Pablo e o Sandro Régis, fizeram ao nosso governador são semelhantes ao que eu falei.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Se V.Exª está perguntado, pode me dá um aparte para eu responder?

A Srª LUIZA MAIA:- Calma, aí! Eu nem comecei a falar ainda...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Exª perguntou, eu vou responder.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu vou lhe perguntar ainda. V.Ex^a vai ter tempo, se acalme.

O que eu quero dizer a V.Ex^a é o seguinte: o deputado Paulo Azi subiu à tribuna da Câmara Federal e fez lá aquele monte de denúncias, disse que queria que a polícia investigasse, e não tomou uma providência. A providência concreta em relação ao incêndio da Secretaria de Infraestrutura de Camaçari e da Secretaria de Habitação nós tomamos. A Oposição, o PT e os seus vereadores da Câmara tomaram as providências. E, no entanto, quem fez todo o estardalhaço em Brasília impediu que os vereadores da sua base aprovassem os requerimentos para que, realmente, a investigação, inclusive naquela Casa, fosse feita.

Eu queria que V.Ex^a me dissesse que nome é esse, porque eu falei que era demagogia, V.Ex^a se estressou tanto, só faltou me bater daqui de cima. Demagogia porque fez um discurso dizendo: “Vou pedir à Polícia Federal, vou pedir a não sei quem, vamos investigar”. Mas não se investigou nada, porque eles sabem o que é que está por trás daquilo ali, eles sabem. O deputado Bira Corôa já falou um pouco aqui, mas tem mais coisa.

Em relação aos ataques que V.Ex^a fez à gestão de Caetano, sobre o Rio Camaçari: foi a maior obra de revitalização da bacia de um rio. Um rio podre, que joga esgoto *in natura* no Rio Joanes, que abastece a nossa capital e Lauro de Freitas. Então, iniciou-se uma obra importante. As auditorias, as investigações, todas foram aprovadas por todos os órgãos. O partido de V.Ex^a tentou o tempo todo atrapalhar, com ações na Justiça; e quebraram a cara. Não tem nada! O deputado Caetano está tranquilo em relação a isso.

Agora, o que eu quero dizer, deputado, e o que o deputado Bira já falou aqui a gente conhece, a Bahia conhece de quem é a cultura do incêndio. Aqui, este Centro Administrativo sabe disso, não foram um nem dois prédios incendiados na época do governo do DEM, do partido de V.Ex^{as} e do chefe de V.Ex^{as}. O prefeito de Salvador, no desespero que anda aí, tem feito propagandas falsas, que temos visto, tentando dizer que obras dos outros são dele. E a gente conhece isso aí! A gente sabe por quê. Ele também faz suas pesquisas, faz suas avaliações de opinião e sabe que o nosso governador, o governador “Correria”, está muito bem. O povo tem reconhecimento, principalmente o povo da nossa capital, pelo seu trabalho, pelo metrô, do qual por 14 anos foi desviado dinheiro, que quem conseguiu botar nos trilhos foi o governador Rui. Então, tudo isso incomoda.

Voltando um pouco ainda para o povo baiano, um deputado de quem não me lembro falou: “A ignorância do povo baiano...”. O povo baiano não é ignorante, não. O povo baiano livrou a Bahia do carlismo em 2007, com o governador Wagner eleito, resgatou o direito das pessoas de viver em liberdade e passou a construir um estado diferente, de respeito, de relação republicana com todos os seus prefeitos e com o governo federal.

Hoje, o que o Brasil vive é uma vergonha! É uma vergonha para quem já esteve nas ruas lutando para derrotar a ditadura militar! A gente vê uma postura de

um governo aliado ao DEM, aliado ao prefeito de Salvador, que tenta esconder que Temer e Geddel são seus aliados – as fotos estão aí, tiraram dos seus *Facebooks*, mas o povo da Bahia não esquece. Há os comentários, à boca pequena, as fofocas, sobre o dinheiro de Geddel, para onde é que ia, que Geddel tem mais não sei quantos apartamentos cheios de dinheiro...

As investigações, as campanhas perseguidoras ao presidente Lula não provaram nada! Lula vai ser presidente deste Brasil, porque é a nossa salvação. É para salvar o Brasil da mão dessa elite horrorosa, odiosa, exclusivista, que está doando o nosso País. Eles não têm o direito de fazer isso, de entregar o nosso País para o capital financeiro, principalmente para o capital norte-americano. A isso o povo precisa reagir – e tem reagido! Infelizmente, a grande mídia não mostra nada. Não mostra onde Lula aparece, o que tem acontecido. Mas o povo está sabendo por onde vai andar. E, se não for no voto, será na guerra.

Então, eu ainda defendo o voto, as eleições no ano que vem. Eles deixem Lula ser candidato, porque, caso contrário, se não é no voto, é no pau, é na porrada, é na luta, é na guerra. E aí a gente vai ver como é que se resolve.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão os deputados Luciano Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos, e Adolfo Viana, pelo tempo de 6 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, na verdade não tinha mais a intenção de voltar a esta tribuna. Queria até responder à deputada Luiza Maia, por meio de um aparte que ela não me concedeu. Ela me faz uma pergunta e não me concede o aparte para que eu pudesse respondê-la, daí que necessário foi que eu viesse a esta tribuna responder à deputada aquilo que ela quis saber.

Ora, a deputada faz questionamentos, suposições e acusações extremamente graves. Acusações de que a Prefeitura teria queimado arquivos e diz que é prática de nós carlistas. Então, é uma acusação generalizada, irresponsável, deselegante, mas própria da deputada. Eu quero dizer, deputada, que a nossa prática é de buscar a verdade, é de construir. Quando aqui a senhora fez acusações ao deputado Paulo Azi, de que o deputado não estaria de certa forma sendo correto, subi a esta tribuna para fazer a defesa. Mas sabemos, e foi aqui o que eu disse, que lá em Camaçari existe a obra de urbanização da Bacia do Rio Camaçari...

(A deputada Luiza Maia fala fora do microfone.)

(...) que seja, é um projeto de urbanização da Bacia do Rio Camaçari, que foi iniciada exatamente na gestão do atual deputado federal Luiz Caetano, em 2011. Essa obra está sobre a investigação da Polícia Federal, da CGU e está sendo contestada pelos técnicos da Caixa Econômica Federal. Foi anunciada em 2011 como a solução de alagamentos decorrentes das chuvas em vários pontos do município, a intervenção...

(A deputada Luiza Maia continua falando fora do microfone.)

(...) V.Ex^a quer um aparte? Então permita que eu fale, a senhora perguntou, não deixou eu responder e agora não quer que eu fale? Deixe que eu fale.

Essa obra teve uma série de irregularidades identificadas pela Controladoria Geral da União, não é pelo prefeito Elinaldo, não, pela Controladoria Geral da União, que realizou uma fiscalização e encontrou distorções, como superfaturamento sobre preço, falhas de planejamento no projeto básico e no gerenciamento da obra.

Diante dos fortes indícios de irregularidades, o caso está sendo investigado pela Polícia Federal, e a nova gestão de Camaçari está alertando a população sobre os riscos de novos alagamentos causados pela ausência dessas obras de macrodrenagem, da bacia, que já deveriam ter sido concluídas. A obra faz parte do PAC e é bancada, em maior parte, pelo Ministério das Cidades e por meio da Caixa Econômica Federal. Os recursos federais são da ordem de 143 milhões, 858 mil e 900 reais, enquanto a Prefeitura de Camaçari deveria entrar com 23 milhões, 110 mil, 385 reais e 20 centavos a título de contrapartida.

Ora, a licitação foi realizada e foi vencida por uma empresa, a prefeitura ainda contratou outras empresas para gerenciamento da obra, fez um aditivo acima do que é permitido, acima de 25%, que é o permitido. Há diversos acréscimos e supressões irregulares nas obras. É disso que aqui estamos a falar, é isso que V.Ex^a devia vir aqui esclarecer, em vez de fazer acusações levianas, gerais, genéricas de fatos sobre os quais V.Ex^a não pode dar números como estou dando, dar dados como estou dando.

E volto a repetir: se tanto dói em V.Ex^a, se tanto a incomoda o deputado Paulo Azi, certamente é porque foi ele, com seu discurso, com seu trabalho, que fez com que o Democratas vencesse as eleições em Camaçari e derrotasse o partido da senhora. Daí a mágoa do deputado Paulo Azi. Mas leve a discussão para o campo político, não leve a discussão para o campo pessoal, pois isso é feio, deputada, isso é coisa de quem não tem argumentos sólidos, argumentos concretos. Respeite o deputado Paulo Azi, que, certamente, ele respeita V.Ex^a e todos os políticos. Não leve para o pessoal, porque não é isso que aqui queremos. Queremos esses dados, que V.Ex^a suba e esclareça tudo isso. Não estou fazendo acusação a ninguém, estou dizendo dados da CGU, da Caixa Econômica Federal. Cabe a V.Ex^a subir e esclarecer esses dados.

É isso que eu quero. Só isso!

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, cidadãos que nos acompanham através das Galerias e da *TV Assembleia*, o deputado Luciano Ribeiro sobe a esta tribuna para esclarecer fatos. O deputado Bira Corôa e a deputada Luiza Maia sobem aqui, ligam uma metralhadora giratória e não percebem que estão atirando em um companheiro, em um companheiro da base do governador Rui Costa. O deputado Bira ataca o deputado federal João Carlos Bacelar desta tribuna.

Mas, na verdade, os deputados do Partido dos Trabalhadores deveriam dar uma atenção maior para os policiais militares que aguardam a nomeação por parte do governador Rui Costa. A deputada Fátima Nunes acaba de dizer que já nomeou muita gente, mas, deputada, a insegurança é absoluta. E a Cidade de Jaguarari, por exemplo, teve o Banco do Brasil explodido pelos criminosos e, infelizmente, o Banco do Brasil ainda não pôde reabrir as portas, porque o governo do Partido dos Trabalhadores não garante segurança pública no interior da Bahia.

Eu irei solicitar, hoje ainda, uma audiência com o superintendente do Banco do Brasil para solicitar a ele a reabertura da agência. Mas eu estou realmente preocupado com o que eu posso ouvir do superintendente. É uma realidade: o interior da Bahia está completamente vulnerável, o crime organizado tem como destino preferencial o Estado da Bahia, justamente porque aqui o governo não consegue garantir segurança para os baianos. E eu pergunto a V.Ex^a: não seria mais razoável, não seria mais legítimo da nossa parte cobrar do governador investimentos em segurança pública do que ficarmos aqui com picuinhas políticas, antecipando eleições?

Nós fomos eleitos para legislar nesta Casa por 4 anos. Essa queda de braço, de quem vai vencer as próximas eleições, é um assunto que tem que ficar para o próximo ano. Agora é a hora de retribuir a confiança do povo da Bahia. E uma das maiores contribuições que podemos dar a esse Estado é cobrar do governador investimentos em segurança pública, para que a Bahia não seja o estado mais violento do Brasil, assim como fomos manchete nas últimas semanas...

(A deputada Fátima Nunes fala fora do microfone.)

(...) Deputada Fátima Nunes, que insiste aqui em falar, se quiser um aparte, eu darei com o maior prazer. Eu concedo um aparte a V.Ex^a.

A Sra. Fátima Nunes:- Já estou inscrita para falar.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Não quer. É difícil para a deputada defender o indefensável. Realmente, defender o governador Rui Costa quando o assunto é a segurança pública é uma missão impossível. V.Ex^a, melhor do que ninguém, sabe como é diferente a forma do PSDB fazer da forma do Partido dos Trabalhadores, até porque V.Ex^a já foi membro do PSDB na Bahia. E tenho certeza de que um dia, logo em breve, irá voltar a querer fazer parte deste partido, justamente porque é muito

difícil ser oposição aqui neste Estado. Para ser oposição neste Estado, tem que ter coragem, tem que ter determinação para fazer os enfrentamentos políticos, Sr^{as} e Srs Deputados.

A crise na nossa segurança pública talvez seja a maior dos últimos cem anos. E vejam que o partido dos Trabalhadores já governa o Estado da Bahia há mais de uma década. De vez em quando, eu ouço alguns parlamentares subirem a esta tribuna e falarem de herança maldita. Eu pergunto a V.Ex^{as}: a herança maldita veio do governador Jaques Wagner? Porque foram 8 anos de Wagner, iremos completar agora mais 4 de Rui, e o que nós temos de presente para os baianos? Temos o estado mais violento da Federação. O Estado da Bahia recebeu o título de estado que mais produz crimes violentos contra os cidadãos.

E é sobre esse assunto que devíamos estar debruçados. Eu convido V.Ex^{as} a fazermos juntos um sacrifício, uma força-tarefa para mostramos, no final do ano, quando o orçamento chegar, que é necessário aumentarmos os investimentos na segurança pública, diferente do que fez o governador no ano passado, quando reduziu investimentos na segurança e aumentou investimentos na publicidade para que pudesse fazer propagandas tamanho G, que não condizem com a verdade e com a realidade do povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PROS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Marcelo Nilo; por 5 minutos, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Obrigado, futuro deputado federal do Litoral Norte da Bahia. Com a palavra, o deputado Marcelo Nilo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, primeiro, é uma honra falar, desta tribuna, com o deputado Alex Lima presidindo a sessão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que viajamos pelo interior do Estado, que fazemos política no semiárido, estamos bastante preocupados com a vazão dos rios que “cortam” – entre aspas – o nosso Estado.

O São Francisco está, talvez, com o menor volume na sua história. O Rio Utinga: recentemente estivemos na cidade de Utinga, negociando com os produtores, com os pequenos irrigantes e com representantes do governo do Estado para que nós encontrássemos um denominador comum que reduzisse as irrigações para que a água chegasse à cidade de Lajedinho, aos assentamentos do Município de Andaraí. Ficamos preocupados também com a vazão do Rio Paraguaçu. As pessoas mais idosas, as pessoas que moram nessas regiões informam que essa estiagem prolongada

talvez seja a maior na história da Bahia. O Rio São Francisco trouxe de volta cidades que foram inundadas com a Barragem do Sobradinho. O Rio Vaza-Barris, que conhecemos há muitos e muitos anos, deixou de ser perene há muitos anos, mas, nesta estiagem, infelizmente, praticamente cordou todo o seu leito.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos, a cada dia, dependendo de São Pedro, e ele não tem sido generoso com os nordestinos, principalmente com os baianos. O São Francisco, famoso Velho Chico, que gera energia, que produz o peixe, de que temos as irrigações, infelizmente está deixando as pessoas que vivem às suas margens em situação bastante difícil.

Sempre disse, em alto e bom som: se os governos, principalmente o governo federal, não adotarem providências urgentes para salvar os rios baianos, principalmente o São Francisco, o que será do nordestino?! A morte do São Francisco significa, sem dúvida nenhuma, o maior prejuízo para o povo nordestino, principalmente no semiárido, na região de Juazeiro, de Curaçá, de Paulo Afonso, de Sobradinho.

As estiagens perduram. As estiagens alcançam todo o território baiano. As chuvas não têm sido suficientes para que os rios, principalmente os grandes rios que cortam o Estado da Bahia, como o Paraguaçu, como o Jacuípe, como o São Francisco, como o Utinga, possam voltar à sua normalidade. A situação é cada vez mais crítica, cada vez mais difícil, vez que os nordestinos estão perdendo a esperança de ter os tempos de outrora, quando se navegava, quando se pescava, quando tínhamos energia e principalmente as irrigações do Velho Chico, do velho Paraguaçu, do Jacuípe, do Vaza-Barris, do Utinga, aliás, de todos os rios que ajudam a economia do nosso Estado.

É óbvio que o prejuízo maior é para aqueles que moram às margens do Velho Chico. Este, que já foi a grande riqueza, que já foi a grande força econômica do nosso Estado, salvo engano, tem 3% do seu volume útil. Nos próximos dias, nos próximos meses, nós teremos que utilizar o volume morto para que se possa gerar energia, para que aquele povo nordestino possa sobreviver.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aqui externar a nossa preocupação com a situação das pessoas que vivem às margens do velho São Francisco. Há muitos e muitos meses, os políticos e principalmente o povo vêm pedindo socorro para o Velho Chico, mas eu não tenho visto ações eficazes do governo federal para minorar o sofrimento do povo nordestino.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Angelo Almeida.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, apresentei com responsabilidade um fato lamentável ocorrido, recentemente, entre um ente federativo nacional, mais

especificamente a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ligada ao Ministério da Integração Nacional, e a Sudec-BA – Superintendência de Defesa Civil do Estado da Bahia.

E aqui o nosso querido colega, jovem, talentoso, deputado e advogado Pablo Barrozo, logo após o meu pronunciamento, veio aqui a esta Tribuna me acusar de ter mentido. E, se tem uma coisa que não me pertence, deputado Joseildo, tenha a certeza de que é o dom de ser mentiroso.

Eu quero aproveitar para dizer, e aí compreendo perfeitamente a situação do deputado Pablo, na defesa do seu Líder maior...

O Sr. Pablo Barrozo:- Peço um aparte, deputado.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- (...) seu Líder maior, o prefeito da Cidade do Salvador, ACM Neto. Cabe a ele fazer a defesa. A mim cabe aqui manter a verdade. E mais: para além de manter a verdade, eu quero sugerir ao deputado, como um dos representantes do DEM nesta Casa, e dizer-lhe que ainda há tempo de corrigir esse grave erro cometido contra o povo sofrido que vem sofrendo com a estiagem castigante no interior do Estado da Bahia.

Eu tenho aqui dois planos de trabalho. Este, vou passar para as mãos de V.Ex^a, porque ele foi aprovado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, no mês de maio. O plano apresentado foi de 29 milhões e 970 mil reais, para atender uma população de 4 milhões e 45 mil pessoas afetadas, para contratar 2 mil e 220 carros-pipa. O plano foi aprovado, mas este recurso não foi transferido para a Superintendência de Defesa Civil do Estado da Bahia.

Disse aqui e repito: coincidentemente. E aí quero saber onde está a mentira. Coincidentemente, o mesmo valor, R\$27 milhões, foi transferido, logo depois de maio, para a conta da Superintendência da Defesa Civil da capital do Estado da Bahia. Era gestor daquela instituição, da entidade, da Defesa Civil do Município, o Sr. Gustavo Ferraz, que hoje está em prisão domiciliar. Eu quero saber onde está a mentira.

Agora, deputado Pablo, existe um outro plano detalhado de resposta, ou seja, um outro plano de trabalho, que foi encaminhado e está também aprovado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Este, aprovado agora no final de setembro, no valor de 14 milhões e 742 mil reais, para atender uma população de 5 milhões, 32 mil e 302 pessoas afetadas pela estiagem, para contratar mil e 83 carros-pipa.

É natural que, já se aproximando, e com fé em nosso bom Deus haverá de chover ainda no mês de novembro, ou até dezembro, diminuiu a contratação de carro-pipa. Mas quero aqui dizer, com toda minha fé, que o que estamos observando, no interior do Estado, nas cidades que estão castigadas pela seca, é digno de que a gente faça aqui um esforço, deputado Pablo Barrozo, deputados ligados a Michel Temer, para que ele não faça a mesma coisa que fez com o outro contrato; para que ele possa cumprir o que foi acordado e aprovado, transferindo imediatamente esses R\$14

milhões para que ainda dê tempo de poder amenizar o sofrimento do povo do sertão do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, vai falar a nossa querida deputada Fátima Nunes por 6 minutos; o deputado Luiz Augusto, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu nem sei por que é que os deputados da Oposição insistem em esconder as barbaridades que o temeroso está praticando contra o povo do Brasil.

O Brasil inteiro assistiu à última votação do temeroso, quando 251 deputados federais, inclusive alguns da Bahia – do PMDB, do DEM e do PSDB –, eles próprios, apoiados pela *Globo*, que apoiou a ditadura e agora apoia o golpe, apresentaram lá na porta do Congresso Nacional, na entrevista com os repórteres da *Globo*, onde o Líder do Governo pronunciou claramente para o mundo: “Quem votar com o governo vai ter tudo, e quem votar contra é pão e água”. Dá para esconder?

O Sr. Angelo Almeida:- Nem água.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Nem água, porque, com o corte agora dos carros-pipa, nem água.

E a bancada do boi também disse que estava indo, naquele momento, para negociar as dívidas de milhões que tem com o Estado brasileiro e que, a depender do temeroso garantir a anistia, eles votariam a favor do Temer para ele continuar por lá.

Então, isso é uma coisa tão clara, tão explícita, tão vergonhosa, que não tem como alguém que tem um pouco de juízo e que precisa do eleitor – que precisa responder pelo compromisso que fez com as pessoas das quais recebeu o voto – esconder.

Então, eu fico indignada com quem quer defender esse governo, porque o que ele está praticando lá em Brasília afeta todo o Estado brasileiro, afeta aqui a nossa Bahia.

É claro que, sem os R\$600 milhões de crédito que nós votamos aqui, vai ter dificuldade, sim, para continuar as obras. Mas isso não está fazendo nenhum mal ao governador Rui Costa, porque este está muito bem avaliado nas pesquisas. Dos 27 estados brasileiros, que têm dificuldades para acertar as contas com os seus

funcionários, o Estado da Bahia está com todos os pagamentos dos servidores públicos em dia e já tem garantido o 13º.

Então, com esse pé de boi em cima desses investimentos que já deviam ter chegado aqui para a Bahia, ele não está castigando o governador Rui Costa, está castigando o povo baiano. E eu não sei se o povo baiano, sendo castigado pelo DEM e pelo 45, que é o PSDB, se esse povo brasileiro, que tem a internet na mão, que acompanha cada votação no Congresso Nacional, terá coragem de devolver o mandato para esses deputados. É vergonhoso estarmos em algum lugar, na qualidade de deputado, e muitas vezes assistirmos a vaias para outro deputado. Mas é isso que está acontecendo. Recentemente foi com Aleluia, mas aconteceu também com outros.

Então, o povo brasileiro está enxergando. A luta também não vai parar: dia 10 teremos mobilização forte no Brasil inteiro, porque é no dia 11 que a reforma trabalhista, vergonhosa, cruel, que nos assaltou os direitos, vai começar a funcionar. E a população brasileira e baiana, em cada recanto do Brasil e da Bahia, vai gritar forte. Não irá apenas gritar “Fora, Temer!” e se preparar para a volta de Lula em 2018, mas já pedirá o entendimento que precisamos ter depois da eleição de 2018: a revogação dessa crueldade de tantas votações que foram feitas contra nós.

É por isso que, lamentavelmente, já vemos o Graziano nas páginas dos jornais e sentimos nas nossas casas. Nós que moramos no interior, deputado Paulo Câmara – que nos acompanha com bastante atenção, que foi diretor da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) e muito fez para que os projetos chegassem às comunidades –, já percebemos, quando acordamos pela manhã, que tem alguém, lá, esperando para que possamos ajudar a comprar alguma coisa que complete a cesta básica para levar para casa. Porque sua bolsa família foi cortada, porque aquele crédito que esperava no Banco do Nordeste já está com dificuldade de ser liberado, porque os programas sociais estão sendo cortados todos os dias por esse governo. Claro que a fome volta. E, ao invés de termos palmas, temos repúdio a esse governo temeroso, golpista, que assalta o direito dos trabalhadores todos os dias.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o presidente da Assembleia, em exercício, deputado Luiz Augusto.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Estou aqui só para registrar a barbaridade acontecida, ontem, no Município de Correntina. É inadmissível que aconteça isso no nosso Estado da Bahia. O governador Rui Costa prometeu que vai ser duro, igual foi no caso das terras indígenas no Sul da Bahia, que resolveu no mesmo momento. Dessa vez, infelizmente, o prejuízo é muito grande, cerca de R\$60 milhões. É um proprietário rural e, como essas coisas não têm seguro agrícola, ele vai ter que bancar. Deve ter tomado financiamentos bancários e vai ter que honrar os financiamentos, porque o banco não quer nem saber se foi invasão, se não foi invasão. Tomara que

deem uma linha de crédito a ele para que possa continuar desenvolvendo no Estado da Bahia. Só assim novos investimentos irão para aquela região.

Dessa vez, falo que é mais fácil resolver, porque tem filme, tem foto das pessoas, tem foto dos carros, tem as placas dos carros, tem as placas dos ônibus. É só pegar as placas, pegar os carros. Sabem quem é o dono, sabem quem pagou, sabem quem mandou, rapidinho se resolve. Espero e acredito que o governador vai resolver para dar o exemplo àqueles que não querem trabalhar, que a qualquer pretexto querem entrar na propriedade alheia, que a qualquer pretexto querem fazer alguma coisa para se engrandecer, às vezes politicamente, pegando a população como massa de manobra.

Acredito que o governador Rui Costa deve dar uma resposta o quanto antes para nós, através da inteligência da Polícia Militar e da Polícia Civil, as quais, tenho certeza, neste momento já sabem quem são os mandantes, porque já há boatos sobre quem mandava, quem estava com recurso, qual era a finalidade. Com fé em Deus, vai ser mantida a tranquilidade no Oeste baiano, para que os produtores continuem investindo, acreditando nesse e no próximo governo da Bahia, que é um lugar para se investir, para se gerar emprego. Com fé em Deus, haveremos de produzir muito e muito mais no Oeste baiano.

Espero que seja rápida a resposta. Espero que esse produtor, que não conheço, tenha o apoio do governo através dos seus bancos oficiais; que o governo possa arrumar uma maneira para que essa pessoa volte a produzir e continue gerando emprego e impostos para a nossa Bahia. Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar DEM e PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Pablo Barrozo; pelo tempo restante de 5 minutos, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Pablo Rodrigo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência, afinal só me assim chamam os amigos mais íntimos. V.Ex^a acabou, se eu não for candidato no ano que vem, de conquistar o voto de minha mãe.

Quero, voltando ao que é sério e ao que importa aos baianos, fazer uma reflexão. Mas antes disso eu quero aproveitar, deputado Angelo, e pedir minhas desculpas sobre o que dei a entender quando falei que V.Ex^a estava faltando com a verdade. O que queria fazer entender – e acho que a maioria entendeu – é que o governo do Estado, em vez de cumprir com suas obrigações com a saúde, com a

educação, com a segurança pública, com a infraestrutura, acaba criando uma desculpa e a colocando no prefeito de Salvador. Nunca vi, nos livros de História, na história recente que pude vivenciar – e olhe que eu estudei bastante História, gostava da matéria –, um prefeito que incomodasse tanto o governador, um governador que dependesse tanto de um prefeito, um governador que se incomodasse tanto com um prefeito de uma capital. Qualquer ser humano desvinculado partidariamente, ou que seja até partidário, mas que tenha liberdade de pensar, sabe que um governador pode mais do que um prefeito, na teoria. Na prática, aqui na Bahia, vemos que o prefeito pode mais do que um governador. Não é à toa que o prefeito ACM Neto vai construir o Centro de Convenções, que era do Estado; e O governador até agora está perdido, sem saber o que fazer com o Centro de Convenções, que foi destruído por falta de manutenção. Não é à toa que a segurança pública e as estradas da Bahia estão abandonadas; e o governador não sabe o que fazer, parece que já está passando a responsabilidade para o prefeito da capital.

Mas eu subi nesta tribuna para tratar de um assunto que julgo importantíssimo. Assim como Salvador tem o turismo como uma vertente natural, que precisa receber investimento – e o governador não tem sensibilidade para isso –, nós temos um Estado com a agricultura forte, responsável por uma cadeia produtiva e pela geração de inúmeros empregos. Mas, infelizmente, deputado Euclides – e eu sei que V.Ex^a sabe, como uma pessoa que respeita o direito e a propriedade –, no nosso Estado, nós temos uma dificuldade com relação a isso. Mas nós não podemos deixar o caos se instalar. O que aconteceu no Município de Correntina foi um absurdo. E nós temos que dividir, deputados Adolfo e Fábio Souto – V.Ex^a, que é um representante, que sempre luta pela agricultura –, porque existe o movimento pastoral, existe o meio ambiente, que tem que ser respeitado; mas existe também, do outro lado, o direito à propriedade. Nenhum agricultor responsável, e eu conheço de perto a agricultura do Oeste da Bahia, é conivente com a falta de respeito com o meio ambiente. Eles respeitam e têm as licenças.

Se há algum tipo de falta de fiscalização de algum órgão estadual ou federal, que se punam essas pessoas que devem fiscalizar, e não fiscalizam, para que sejam emitidas as licenças devidas. Mas a fazenda que foi invadida tinha todas as licenças em ordem e o direito de propriedade. O prejuízo dado foi de R\$ 60 milhões. E aí eu tenho a responsabilidade de enaltecer o trabalho dos ambientalistas e de defender quem gera emprego e renda. Porque o desemprego estará maior se nós não defendermos a agricultura; porque senão os desempregados que virão do setor econômico da agricultura se juntarão a todos os desempregados de serviço – culpa do governo Dilma/crise econômica/ irresponsabilidade fiscal –, e nós dobraremos esse desespero que há por falta da responsabilidade fiscal do governo Dilma.

Nós temos a responsabilidade de defender os agricultores do nosso Estado; nós temos a responsabilidade de defender, deputado Luciano Ribeiro, o direito à propriedade; nós temos a responsabilidades de defender as pessoas que querem trabalhar no nosso Estado. Agora, não quero responsabilizar, pelo que aconteceu em Correntina, nem a mim, nem ao Movimento Sem-Terra, que nasceu com origem e

intuito de coisas sérias. Mas nós sabemos que o Movimento Sem-Terra tomou um desvio. Não sabemos quem está lá realmente precisando de um acesso à terra, ou quem está lá para fazer baderna. Mas de uma coisa eu tenho certeza: quem esteve em Correntina na semana passada foram baderneiros e bandidos irresponsáveis que acabaram com o investimento e trouxeram uma desordem econômica para o Oeste.

Agora, o que vai acontecer daqui em diante nós não sabemos, porque as pessoas hoje terão medo de investir lá. Portanto, mais uma obrigação do governo do Estado em manter a ordem, o respeito à propriedade. Peço ao governador que, nesse caso, não se omita e tome as medidas necessárias. Esse é o meu desejo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):-Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Obrigado, presidente, amigas e amigos deputados, subo a esta tribuna, hoje, depois de ouvir atentamente o deputado Sandro de Oliveira Régis. Gostei muito do discurso do deputado Luiz Augusto, nosso presidente interino da Assembleia, e também prestei bastante atenção ao discurso do deputado Pablo Barrozo.

O que eu venho falar aqui, hoje, amigos e amigas da *TV Assembleia*, é muito simples, não é sobre uma disputa entre ACM Neto e Rui Costa, sobre quem fez o Centro de Convenções ou quem vai fazer. Eu acho que é algo muito maior. Eu quero entender que o que aconteceu no Município de Correntina não é do agrado da Bancada do PT, nem da Bancada do Governo. Mas me espanta um discurso do deputado Valmir Assunção, do PT, que está rodando nas redes sociais, no qual ele, que é um dos deputados mais votados da Bahia, do conhecimento de todos, líder do MST, defende o que aconteceu em Correntina. Diz que é uma prática natural dos grupos de pressão, do povo oprimido, do povo pobre, que tem de tomar o seu lugar naquela cena grotesca – no meu ponto de vista.

Faço coro com o deputado Luiz Augusto, nesse pleito, para que se apure devidamente quem foram as pessoas. Teve filmagem, teve tudo. Houve uma estrutura grande, é bem verdade, que até espanta setores do Movimento Sem Terra. Mas a Bahia, naquela cena, naquela fotografia, passa uma mensagem para o Brasil e para o mundo de que aqui não se deve investir. Como falou o deputado Sandro Régis e o deputado Luiz Augusto, era uma fazenda produtiva. Num momento desgastante da economia do País, o agronegócio é um dos setores da economia que dá propulsão, que ainda cresce, que ainda puxa o trem da economia. Mas é assim que a Bahia passa a imagem para o Brasil de que, onde você investe, é tratado daquela forma.

Eu quero entender que o governador Rui Costa está realmente empenhado na apuração desses fatos e que não ouvirá o seu colega de partido Valmir Assunção, porque quem gera emprego é quem investe. O discurso do deputado Valmir Assunção dói na alma do baiano, a defesa de um ato daquele como ele defendeu na Câmara

Federal. Governador do PT, converse com o seu deputado do PT, para ele pensar antes de discursar. Amigos do PT, conversem com seus companheiros de partido. A mensagem é muito negativa para o Estado. O deputado Valmir Assunção faz um desserviço ao nosso Estado, dizendo que é natural, que é normal aquela cena. Um prejuízo avaliado em R\$60 milhões – R\$60 milhões, Arimateia! Estava gerando emprego, gerando renda, levando prosperidade para uma terra árida do sertão do nosso Estado. E o deputado Valmir Assunção, do PT, um dos grandes líderes do Partido dos Trabalhadores do Estado, defende um ato daquele.

Luiz Augusto falou muito bem, com muita calma, muita ponderação, ele faz parte do grupo de apoio ao governador. E tenho certeza de que Luiz e o PP discordam dessa postura desse líder do PT. Não é possível que passemos essa mensagem, amigos e amigas, para o resto do País. Com certeza vai ser reportagem do *Jornal Nacional*, Fábio Souto, com certeza. Em todas as mídias. O *Bom Dia Brasil* já passou e vai passar para todo o Brasil ver.

Gostaria de deixar a mensagem de que não é dessa forma que os baianos pensam. O grupo do deputado Valmir Assunção, do PT, pode pensar assim; mas boa parte da Bahia, amigos, não pensa assim: vê o investimento com seriedade, vê o investimento como propulsor do desenvolvimento. Se o PT de Valmir Assunção pensa assim, tenham certeza de que esse não é o pensamento da maioria, e quero crer que não é o pensamento de Rui Costa, do PT. Quero que Rui Costa, do PT, dê uma resposta; que, em uma investigação muito bem-feita, identifique esses líderes de balburdia, dessa baderna, dessa esculhambação; que realmente apure e cale a boca do Valmir, do PT, que, defendendo um ato daquele, envergonha todos os baianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço coro com o deputado Luiz Augusto para que se apure devidamente o ato.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, por 6 minutos falará a deputada Neusa Cadore; pelos 6 minutos restantes, eu falarei.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, a deputada Neusa Cadore pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, imprensa, visitantes que nos assistem na Galeria Paulo Jackson, venho a esta tribuna para dar continuidade ao tema dos últimos discursos em relação à situação que estamos acompanhando: o acontecido, no último dia 2, em Correntina.

Eu acho que a gente precisa trazer para esse tema a discussão sobre a utilização das águas dos rios da Região Oeste da Bahia. Eu tenho certeza de que o povo de Correntina, há muito tempo, tem lutado – e não só o povo de Correntina, daquela

região – em defesa das águas e do seu território. Todos nós vemos os rios secando e os recursos naturais da região sendo devastados para se dar continuidade a um processo de desenvolvimento que nem sempre leva em conta a sustentabilidade.

Há muitos anos aquela população se mobiliza em romarias, em eventos, tentando chamar a atenção para uma questão que é real e que nos desafia, que é a destruição dos cerrados e a morte das águas. É fundamental que o governo do Estado crie espaços para dialogar com a sociedade, com os pequenos produtores da região. É importante que esse diálogo se traduza numa efetiva fiscalização do agronegócio – o qual está gerando emprego na região, sim, mas não é possível que a gente não admita que esse modelo também põe em risco as reservas da região e o desenvolvimento.

Acho que não interessa a ninguém que essa crise continue avançando e que caminhemos para um quadro de crise hídrica, que já está manifestada quando vemos hoje a Barragem do Sobradinho com apenas 3% da sua capacidade disponível para a nossa região.

Quero lembrar aqui que só a Fazenda Igarashi recebeu do Inema autorização para consumir diariamente 106 milhões de litros para irrigar 2.539 hectares de terras. Gente, o Município de Correntina gasta diariamente 3%, deputado Adolfo, do que gasta essa fazenda para irrigar 1 dia só.

Vemos o Rio São Francisco numa situação crítica e a Barragem de Sobradinho do jeito que está. E sabemos todos que o Rio Corrente e o Rio Carinhanha são extremamente importantes para abastecer o Rio São Francisco.

Então, trago para essa discussão o entendimento de que não basta apenas fazer toda a sindicância e apurar o que aconteceu naquele ato. Não estou aqui defendendo violência, mas esse debate precisa ser feito com responsabilidade política. Espero que o nosso governo tenha capacidade de conduzir esse diálogo, e assim, com apoio técnico, com informações seguras, esse debate seja feito com responsabilidade para que a gente possa continuar tendo, futuramente, condições de desenvolvimento para a região.

Sei que a Comissão Pastoral da Terra acompanha há muito tempo o que acontece nessa Região Oeste. Sabemos que é questionável como os recursos naturais, que são bens comuns, são usados. A propriedade privada, deputado Joseildo, precisa ser respeitada, mas a água é um bem comum.

Então, espero que esse evento dramático, preocupante, sirva para que a gente faça o verdadeiro debate sobre a utilização das águas na Região Oeste do Estado, para que a gente não continue caminhando para uma situação de crise, que não vai ser boa para ninguém: nem para os empresários, nem para o agronegócio, nem para os pequenos e muito menos para aqueles que são os moradores do território, especialmente os povos das comunidades tradicionais. O Estado tem uma dívida com a regularização fundiária e com o controle do desenvolvimento na região.

‘Então, gostaria também de trazer para o debate essa situação e espero que esse momento de crise colabore para que tenhamos a grandeza e a responsabilidade de cuidar devidamente dos desafios que a situação nos coloca.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Joseildo Ramos, futuro deputado federal do Litoral Norte da Bahia.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna, neste momento, para chamar a atenção de que, no dia 10 deste mês, nós teremos um novo cenário, onde a relação de trabalho, a regulação do mundo do trabalho em nosso País, na minha opinião, sofrerá um retrocesso jamais visto na história recente.

O grande bastião dessas mudanças que trazem o retrocesso tem suas raízes no tripé que responde pelo nome de DEM, PSDB e PMDB. O inusitado é que o sétimo maior evento de apreensão de recursos vivos aconteceu aqui na Bahia por obra e graça do descaminho do PMDB do Estado da Bahia. Em vez de aqueles que estão envolvidos naquela cena dantesca das malas, daquelas caixas de dinheiro, responderem qual a origem, qual a explicação, em vez de prestarem esclarecimento, estão procurando saber quem foi que apontou aquele “*bunker*” vinculado ao atual deputado federal Lúcio Vieira Lima. Estão querendo saber quem deu à luz a Polícia Federal, que há muito tempo já estava acompanhando aquelas figuras que envergonham toda a Bahia. Além de envergonhar, continuam silentes, silenciosos, envergonhados, porque estão dando apoio irrestrito a esse governo, que é apoiado por tão somente 3% da população brasileira. É muita coragem! E o baiano está de olho em como votam os parlamentares dessas três agremiações partidárias da Bahia.

Eu quero saber, depois que venderem a Eletrobras, depois que venderem e tirarem a Petrobras dos campos maduros, das suas operações no Nordeste brasileiro, como, em 2018, essas figuras irão às ruas pedir o voto dos baianos. Como explicar que pode ser que os concursos do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil, do BNDES e da Caixa Econômica Federal deixem de ser a porta de entrada para os nossos filhos, para os nossos netos, pelo mérito daqueles que prestam um concurso, que certamente deixará de ser necessário? As contratações e a precariedade na relação de trabalho se instalará, num momento tão breve deste fatídico gestor federal, levando à condição de colônia, no maior retrocesso de que se terá notícia nos últimos tempos, aquilo que nós testemunhamos como o início da construção do Estado de bem-estar social em nosso País.

Então, nós queremos ver como será sustentado o próximo momento eleitoral, com essas figuras que votam, no Congresso, virando as costas para os anseios maiores da sociedade brasileira, num completo descasamento, no alheamento generalizado, porque estão fazendo negócio, estão simplesmente vendendo, privatizando as suas posições em detrimento das necessidades maiores da sociedade brasileira.

Esse preço, em 2018, certamente será cobrado, porque o brasileiro estará mais pobre, com menos oportunidade, com menos renda e com menor capacidade de ser feliz.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Ordem do Dia.

(Pausa.)

Há um pedido de prorrogação da presente sessão.

(Lê): *“Requeiro, nos termos do art. 89, parágrafo único...”*

Suspendo a presente sessão pelo tempo de até 20 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Está prorrogando por quê?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- A sessão está suspensa por acordo das Lideranças.

(A sessão está suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Vou estender a prorrogação por mais 10 minutos, até ter uma conversa.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Declaro reabertos os trabalhos.

Ordem do Dia.

Em primeira discussão, em votação o Projeto de Lei nº 22.435/2017, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. **(Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicoes>)**

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Designo para relatar a matéria o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.435/2017, de autoria do Poder Judiciário, o qual ‘altera o art. 1º da Lei nº 11.919, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre o Adicional de Função e a criação da gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências’.*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, a Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça, projeto de lei propondo a alteração no art. 1º da Lei nº 11.919/2010.

Conforme registra a Presidente do Poder Judiciário no ofício encaminhado à Assembleia, a proposta ‘tem como escopo específico modificar a forma de quantificação da referida gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET, alterando-lhe a forma de composição, passando, portanto, a ser mensurada e paga em valores nominais, vez que atualmente são valoradas a partir de percentuais que incidem sobre os vencimentos dos servidores, ocasionando distorções de valores e impactos financeiros e orçamentários, comprometendo a prestação jurisdicional.’

Ressaltando a importância do adicional, dada a ‘essencialidade desses servidores, os quais ocupam cargos e funções de relevante importância para o Tribunal de Justiça, auxiliando magistrados na prestação jurisdicional e na gestão administrativa’, recorda, no entanto, a eminente Presidente do TJ que ‘o Poder Judiciário está sujeito, quanto ao custeio de pessoal, sob o aspecto orçamentário, à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e financeiramente ao repasse da Receita Corrente Líquida do Estado da Bahia, fazendo-se necessário, por conseguinte, que tais despesas sejam readequadas conforme o quadro de servidores’.

Por fim, por conta dessa readequação, informa-nos a Presidente do Poder Judiciário que ‘a perspectiva é de uma economia, nos dois exercícios subsequentes, de até R\$ 15.676.031,00 (quinze milhões, seiscentos e setenta e seis mil e trinta e um reais), tendo em vista a reestruturação da fórmula de composição da gratificação – de índice percentual para valor nominal’.

Trata-se, portanto, de medida de caráter administrativo voltada para a redução dos custos do Tribunal de Justiça, devendo receber o pleno apoio desta Casa.

A proposição recebeu duas emendas, sendo a primeira do Deputado Carlos Geilson e a segunda do Deputado Sidelvan Nóbrega. A emenda nº 1 propõe a inclusão dos servidores ocupantes do cargo de Supervisor dos Juizados Especiais, não contemplados na proposta original. Opino pela rejeição da emenda, por contrariedade ao disposto no inciso II do art. 78 da Constituição do Estado, segundo o qual não será permitida emenda que contenha aumento de despesa em projetos que versem sobre a organização dos serviços administrativos dos Tribunais Estaduais, dentre outras instituições.

A emenda nº 2 propõe alteração no art. 4º do projeto, obrigando a destinação de 50% dos recursos economizados com a implantação da Lei para nomeação de servidores efetivos. Também opino pela rejeição, considerando o princípio constitucional da independência dos Poderes (art. 1º, § 2º da Constituição Estadual), cabendo ainda mencionar que é da estrita competência do Poder Judiciário ‘organizar sua secretaria e serviços auxiliares, o quadro dos Serventuários da Justiça e o dos juízes que lhe forem vinculados (art. 123, inciso VII), e ainda propor

ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares’ (art. 123, inciso VIII).

Ao final, e considerando entendimentos mantidos com a Presidência do Tribunal, apresento, na condição de Relator, a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

Altere-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 22.435/2017, a redação proposta para o caput do art. 1º e seu § 3º da Lei nº 11.919, de 22 de junho de 2010, na forma seguinte:

‘Art. 1º -

Art. 1º - Fica estabelecida a gratificação pelo exercício funcional por Condições Especiais de Trabalho – CET, que será concedida exclusivamente a servidores ocupantes de cargos comissionados, bem como dos cargos efetivos de Escrivão e Secretário dos Juizados Especiais, quando no exercício da titularidade, e ao servidor efetivo ocupante de cargo permanente designado como liquidante e pré-liquidante de unidade gestora das comarcas descentralizadas do interior do Estado.

§ 3º A Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – CET também será concedida aos servidores efetivos ocupantes de cargo permanente designados como liquidante e pré-liquidante de unidade gestora das comarcas descentralizadas do interior do Estado, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, em valores nominais equivalentes a 50% (cinquenta por cento) do valor pago atualmente aos ocupantes dos cargos Símbolo TJFC6, conforme discriminado no Anexo Único.’

Justificativa: A Lei nº 11.010 de 22 de junho de 2010, ao instituir a gratificação por Condições Especiais de Trabalho – CET – no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, tão somente estabeleceu regras gerais, cabendo ao Tribunal Pleno, posteriormente, por meio da Resolução nº 10, de 6 de outubro do mesmo ano, especificar os cargos passíveis de pagamento da gratificação, fazendo-o concretamente em favor dos escrivães e secretários, entre outros. Ocorre que a alteração da Lei nº 11.919/2010, nos moldes ora propostos, no que tange à concessão da gratificação de CET aos escrivães e secretários dos Juizados, ensejará o pagamento do benefício indistintamente, isto é, pelo simples fato de o servidor ocupar tais cargos, independentemente de sua lotação e da atividade que porventura esteja desempenhando. Faz-se necessário, portanto, que se restrinja o alcance da norma para se permitir a concessão da gratificação apenas aos ocupantes dos referidos cargos que efetivamente estejam no exercício da titularidade - no caso de escrivão, em uma das varas das diversas unidades judiciárias; no caso de secretário, nas respectivas secretarias dos juizados especiais.

Com relação ao § 3º do art. 1º, a proposta de emenda consiste em conceder ao servidor efetivo ocupante de cargo permanente designado como liquidante e pré-liquidante da Unidade Gestora das Comarcas descentralizadas do interior do Estado. As unidades gestoras foram instituídas no Poder Judiciário da Bahia pelos

Decretos Judiciários 032 e 033 de 2003, visando a descentralização orçamentária, ficando os servidores efetivos exercendo função gratificada como pré-liquidante que é responsável pela cotação de preços e empenho das despesas, juntamente com o servidor liquidante responsáveis pela instrução dos processos de liquidação das despesas.

A Portaria nº 504/2003, do IPRAJ, publicada no Diário do Poder Judiciário, de 28/08/2003, previu as seguintes atribuições às unidades gestoras:

‘Art. 5º - Atribuições das Unidades Gestoras: a) Programação e classificação das despesas, obedecendo ao limite de dotação orçamentária que lhes for destinado; b) Adoção de medidas necessárias para aquisição de bens e serviços; c) Empenho das despesas; d) Instrução de processo, com elaboração de Guia de Liquidação – GL, para pré-liquidação da despesa; e) Inclusão pelo servidor/serventário responsável e autorização pelo Juiz Diretor do Fórum, até as 12h, do pagamento de despesas através do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Estado – SICOF; f) Arquivamento, na unidade, dos processos de pagamento à disposição das Auditorias do IPRAJ e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.’

Para exercer as funções inerentes as atividades praticadas nas unidades gestoras do Judiciário baiano, os servidores liquidante e pré-liquidante são submetidos ‘capacitação das unidades gestoras do interior do estado, com o treinamento do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN)’. Portanto, os servidores das Unidades Gestoras precisam de habilitação específica ao exercer as atividades para as quais foram designados, tendo que realizar prévio curso preparatório. A exigência de jornada superior à legal, de forma habitual, é critério especial para garantir o direito a perceber a CET, bem assim no que toca à exigência de habilitação específica, consistente nos conhecimentos adicionais técnicos para o desempenho de atribuições adicionais às dos cargos públicos ocupados pelos servidores designados para as Unidades Gestoras.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não haver qualquer restrição quanto ao seu mérito, opino pela sua aprovação com a modificação introduzida pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2017.”

É o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Em discussão o parecer do relator no âmbito das comissões. Encerrada a discussão. Em votação no âmbito das comissões. Aqueles deputados que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Em primeira discussão, em votação o Projeto de Lei nº 22.435/2017, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que altera o art. 1º da Lei nº 11.919, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre o Adicional de Função e a criação da gratificação por Condições Especiais de Trabalho – CET, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 22.435/2017

Altera o artigo 1º da Lei nº 11.919, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre a extinção do Adicional de Função e a criação da gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA DECRETA:

Art. 1º - O art. 1º da Lei n.º 11.919, de 22 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica estabelecida a gratificação pelo exercício funcional por Condições Especiais de Trabalho - CET, que será concedida exclusivamente a servidores ocupantes de cargos comissionados, bem como dos cargos efetivos de Escrivão e Secretário dos Juizados Especiais, quando no exercício da titularidade, e ao servidor efetivo ocupante de cargo permanente designado como liquidante e pré-liquidante de unidade gestora das comarcas descentralizadas do interior do Estado.

§ 1º - A Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET será concedida aos ocupantes de cargos comissionados, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, em valores nominais idênticos aos valores pagos atualmente, conforme discriminado no Anexo Único.

§ 2º - A Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET será concedida aos ocupantes dos cargos efetivos de Escrivão e Secretário dos Juizados Especiais, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, em valores nominais idênticos aos valores pagos atualmente aos ocupantes dos cargos Símbolo TJFC3, conforme discriminado no Anexo Único.

§ 3º - A Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET também será concedida aos servidores efetivos ocupantes de cargo permanente designados como liquidantes e pré-liquidantes das comarcas descentralizadas do interior do Estado, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, em valores nominais

equivalentes a 50% (cinquenta por cento) do valor pago atualmente aos ocupantes dos cargos Símbolo TJFC6, conforme discriminado no Anexo Único.”

Art. 2º - Na hipótese de o servidor efetivo, na data da publicação desta Lei, estar percebendo CET, observar-se-ão as seguintes regras de transição:

I - a fixação do valor nominal da vantagem acessória observará o valor efetivamente recebido a esse título no mês anterior ao do cálculo;

II - o valor nominal da vantagem acessória estabelecida para o servidor que se enquadre no *caput* deste artigo não sofrerá revisão, reajuste ou qualquer alteração até que lei nova estabeleça valor superior àquele por ele percebido; e

III - quando o valor nominal da vantagem fixado em lei ultrapassar o valor nominal estabelecido para o servidor que se enquadre no *caput* deste artigo, terá ele direito ao recebimento da vantagem acessória no valor fixado em lei, passando a se enquadrar na regra geral.

Art. 3º - Os valores estabelecidos no Anexo Único deverão ser reajustados a cada 02 (dois) anos, mediante proposta do gestor deste Tribunal, a ser encaminhada ao Poder Legislativo, observada a dotação orçamentária e financeira própria.

Art. 4º - Os recursos financeiros provenientes da implantação desta Lei serão apurados a cada exercício financeiro, contabilizados em valores contidos no relatório de gestão fiscal e automaticamente transferidos para os valores gastos em Priorização ao Primeiro Grau de Jurisdição, vedada qualquer outra destinação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2017.

Deputado Luciano Ribeiro

Relator

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VALORES DA GRATIFICAÇÃO POR CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO - CET

TJFC1	R\$ 11.773,20
TJFC2	R\$ 8.577,61
TJFC3	R\$ 5.382,04
TJFC4	R\$ 3.901,96

TJFC5	R\$ 2.522,83
-------	--------------

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Convoco uma sessão extraordinária, um minuto após o encerramento desta, para discussão e votação das matérias que constam na Ordem do Dia.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.